



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O Governo "Revolucionário" e as Políticas Públicas para enfrentamento da Seca de 1932: rupturas ou continuidades?

THEREZA CRISTINA PEREIRA

BRASÍLIA
Dezembro / 2019



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

THEREZA CRISTINA PEREIRA

O Governo "Revolucionário" e as Políticas Públicas para enfrentamento da Seca de 1932: rupturas ou continuidades?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita
Orientadora
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Ione de Fátima de Oliveira
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela
Universidade de Brasília

Dedico este trabalho aos meus filhos Diego e Larissa pela inspiração e por todo o incentivo e apoio que me deram quando decidi retornar à universidade aos 55 anos e após 34 anos da primeira graduação. Durante essa jornada de cinco anos vocês estiveram ao meu lado vibrando nas conquistas e consolando nas decepções. Foram a mão amiga, o braço forte e o colo acolhedor, não deixando que eu desistisse. Obrigada meus amores! Dedico também aos amigos que a universidade me deu. Jovens generosos que me acolheram com amor e que fizeram renascer em mim a alegria de compartilhar uma sala de aula. A vocês, além do meu obrigada, desejo sorte e sucesso, pois vocês são demais. E por último, mas não menos importante, dedico este trabalho aos Mestres que encontrei nesta jornada. Homens e mulheres com quem pude compartilhar minha experiência de vida e de quem sorvi e absorvi todo seu vasto conhecimento. A vocês serei grata sempre e para sempre.

RESUMO

O trabalho aborda o fenômeno climático das secas no Nordeste Brasileiro, bem como as políticas públicas para o enfrentamento de seu dramático impacto sobre os sertanejos atingidos, particularmente a vida dos retirantes sob as condições de confinamento nos campos de concentração. Historicizamos o problema, mas recortamos para análise a seca de 1930-1932. Esta severa estiagem se apresentou à nação logo após a Revolução de 30, que levou ao poder novo grupo político comprometido a assistir todo o povo brasileiro, inclusive os miseráveis, a não dar preferências no governo ao Norte ou ao Sul do Brasil. O objetivo do trabalho é pois o de historicizar as políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento da severa seca de 1932 no Nordeste Brasileiro, pelo Governo da “Revolução”, bem como analisar as continuidades e/ou inovações no que se refere às estratégias de assistência aos flagelados e de intervenções ambientais, comparando-as com as estratégias utilizadas pelos governos da Primeira República. Orientadas pelo suporte teórico e metodológico da Nova História Política, trabalharemos com o conceito de “cultura política”. Baseadas em sólida historiografia, sobretudo de historiadores nordestinos, pesquisamos documentação oficial, legislações federais e estaduais referentes à Primeira República e ao Governo Provisório, além de periódicos em circulação no período, nas principais cidades do Nordeste e do Distrito Federal, a fim de acompanhar o debate público sobre a questão.

Palavras-chaves: Seca de 1932, Governo Provisório, Políticas Públicas, Campo de Concentração.

Abstract

The paper addresses the climatic phenomenon of droughts in the Brazilian Northeast, as well as the public policies to cope with its dramatic impact on the affected sertanejos, particularly the lives of the retreatants under the confinement conditions in the concentration camps. We historicized the problem, but we cut the 1930-1932 drought for analysis. This severe drought presented itself to the nation shortly after the Revolution of 30, which led to the power of a new political group committed to assisting all the Brazilian people, including the wretched, not to give preference to the government to the north or south of Brazil. The objective of the paper is therefore to historicize the public policies developed to deal with the severe drought of 1932 in the Brazilian Northeast, by the Government of the “Revolution”, as well as to analyze the continuities and / or innovations regarding the strategies of assistance to and

environmental interventions, comparing them with the strategies used by the governments of the First Republic. Guided by the theoretical and methodological support of the New Political History, we will work with the concept of “political culture”. Based on solid historiography, especially from northeastern historians, we searched official documentation, federal and state legislations referring to the I Republic and the Provisional Government, as well as periodicals circulating in the period, in the main cities of the Northeast and the Federal District, in order to follow the public debate on the issue.

Key Words: 1932 Drought, Provisional Government, Public Policy, Concentration Camp.

Sumário

Introdução.....	07
Capítulo 1 - O Drama Histórico da Seca no Nordeste.....	13
1.1 – Historicizando a divisão Norte-Sul.....	19
Capítulo 2 - Os Campos de Concentração Nordestinos como Solução dos problemas causados pela seca.....	28
2.1 A constituição dos "Campos de Concentração " no Brasil.....	31
Capítulo 3 – As políticas públicas implementadas pelo Governo Provisório para enfrentamento da seca de 1932.....	39
3.1 – A assunção de enfrentamento do problema da seca pelo Governo Federal e a estiagem de 1930 a 1932.....	41
3.2 – Outras providências além dos campos de concentração.....	52
Considerações Finais.....	55
Fontes.....	58
Referências Bibliográficas.....	60

INTRODUÇÃO

“Muito bom dia, senhora, que nessa janela está; sabe dizer se é possível algum trabalho encontrar? Trabalho aqui nunca falta a quem sabe trabalhar; o que fazia o compadre na sua terra de lá? Pois fui sempre lavrador, lavrador de terra má; não há espécie de terra que eu não possa cultivar. Isso aqui de nada adianta, pouco existe o que lavrar; mas diga-me, retirante, que mais fazia por lá?” (João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*)¹

“Assim era o sol do sertão em tempo de seca, “um beijo de morte, longo, cáustico, como um cautério monstruoso”, em vez de ser “o beijo da fecundidade””. (José Américo, *A Bagaceira*)²

“– Anda, excomungado. O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo. Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário – e a obstinação da criatura irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde”. (Graciliano Ramos, *Vidas Secas*)³

“– Chico, eu não posso mais...Acho que vou até morrer. Dá-me aquela zoeira na cabeça! Chico Bento olhou dolorosamente a mulher. O cabelo, em falripas sujas, como que gasto, acaba, caía, por cima do rosto, envesgando os olhos, roçando na boca. A pele, empretecida como uma casca, pregueava nos braços e nos peitos, que o casaco e a camisa rasgada descobriam”. (Raquel de Queiroz, *O Quinze*)⁴

As severas secas no semiárido do nordeste brasileiro são temas frequentes de dramas, romances, poesia e autos na literatura brasileira.

Raquel de Queiroz, em *O Quinze*, Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, João Cabral de Melo Neto, em *Morte e Vida Severina*, José Américo de Almeida, em *A Bagaceira*, e muitos outros escritores nordestinos tentaram denunciar a tragédia sazonal que atingia, e ainda atinge de forma inclemente o sertão, levando à fome, à sede e à morte, reduzindo homens e mulheres à condição de andarilhos indigentes à procura de sobrevivência.

A arte, em particular a literatura, exerce um importante papel na construção do pensamento coletivo, uma vez que é capaz de evidenciar crenças e percepções pessoais, possibilitando que os seres humanos possam refletir sobre o ser e estar, assim como sobre seu papel no mundo.

¹ João Cabral de. Melo Neto. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 37.

² José Américo de Almeida. **A Bagaceira**. 41ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p.27.

³ Graciliano Ramos. **Vidas Secas**. 48ª ed. Rio, São Paulo, Record, 1982, p.10.

⁴ Rachel de Queiroz. **O Quinze**. 95ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p.69

Nas obras citadas, escritas entre 1928 a 1945, João Cabral, José Américo, Graciliano e Rachel interpretaram o “mundo” constituído pelo Nordeste. Deram a conhecer um Nordeste seco, de um povo sofrido, castigado pelo flagelo da seca, ano após ano. Na década de 1930, este Nordeste ainda era desconhecido por muitos, ignorado pelas autoridades e desprezado pela sociedade, que pareciam não se importar com o sofrimento e as condições de penúria humana que atingiam os nordestinos.

Um Nordeste historicamente sofrido, atingido por estiagens recorrentes, lugar de gente miserável, ignorante e desassistida pelo poder público. Essas ainda são as representações predominantes no imaginário nordestino e na imagem geral associada à expressão "Nordeste Brasileiro", tal força tem a seca na história da região brasileira.

O interesse pelo tema seca no Nordeste veio inicialmente ao ler a Tese “Vulnerabilidade e Adaptação da Vida às secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos Semiáridos nordestino”, defendida por Diego Pereira Lindoso, no Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, no ano de 2013.

A resiliência demonstrada pelo povo nordestino, em particular os habitantes do semiárido, durante anos seguidos, ou intercalados, ao fenómeno climático da seca foi, e ainda é, admirável, pois a seca é um fenómeno que impacta não somente o sertanejo, os animais e a lavoura, mas também a economia, a sociedade e a saúde, trazendo o desemprego e a fome, afetando o equilíbrio natural do ecossistema e provocando a desertificação do solo.

A indignação quanto ao sofrimento secular dos sertanejos nordestinos, particularmente com a incompreensão da utilização de campos de concentração durante a grande seca de 1932, mesmo após a ascensão de um governo que se apresentava como defensor da justiça social, do dismantelamento do poder oligárquico e da diminuição das disparidades regionais, nos levou a seleccionar o tema como pesquisa desta monografia de final de curso de graduação.

Sabemos que desde 1583, quando se tem notícia da primeira seca no Norte⁵ do Brasil, ideias e soluções foram pensadas para prevenir e resolver a questão da estiagem e suas consequências para a região e a população atingidas. Muitas ideias ficaram no papel, outras não tiveram efetividade. Algumas propostas não puderam ser viabilizadas por falta de recursos, outras tiveram os recursos redireccionados para outros propósitos, ou para interesses pessoais das oligarquias nordestinas da Primeira República, que se apropriaram do problema da seca com o propósito de atrair recursos federais para a região.

⁵ À época, o Brasil se dividia apenas entre Estado do Sul e Estado do Norte e, este último, compreendia a região Nordeste.

Em seu percurso histórico, o problema "seca no Nordeste" foi ganhando destaque no meio político e na opinião pública até ser institucionalizado como problema de Estado. Entretanto, a institucionalização do problema não foi suficiente para solucioná-lo, embora algumas mudanças na estrutura pública administrativa tenham dado ao problema alguma atenção.

A cada nova estiagem, enfrentava-se a seca e seu impacto desastroso por meio de medidas e soluções paliativas e filantrópicas. Diante da grande concentração de migrantes em direção às capitais nordestinas tomava-se medidas emergenciais, como reunir a massa de flagelados em espaços construídos pelos Governos, conhecidos como Campos de Concentração.

Com a Revolução de 30, uma nova ordem política se instalou no país sob o comando de Getúlio Vargas, como Governo Provisório. A Nova Política de Vargas prometia um Brasil moderno, nacionalista e forte, comprometido com a valorização do povo brasileiro, do trabalhador nacional e da cultura brasileira.

Durante a campanha presidencial do ano de 1929, a chapa formada pela Aliança Liberal defendia a mudança dos rumos da política oligárquica que predominava nos primeiros 40 anos da República Brasileira. Nos discursos de campanha, o candidato à presidência pela Aliança Liberal, Getúlio Vargas, prometia reformas sociais, o desmantelamento do poder oligárquico, a integração do povo brasileiro desassistido pelo Estado, a diminuição das disparidades regionais, enfim um Governo associado à dimensão social, à justiça e à proteção da população.⁶

É nesse contexto histórico que se insere a nossa temática de pesquisa. As políticas públicas acerca do problema da seca no Nordeste, diante do Governo que se instalou com a Revolução de 30, que prometera não só durante a campanha eleitoral de 1929, mas também quando tomou posse em novembro de 1930, que assistiria ao povo miserável e que "(...) não poderia haver preferências entre o Norte e Sul do Brasil. A unidade nacional irmana todos os Estados, e a União, *mater providens*, deve atender, de preferência, àqueles de seus filhos mais urgidos de amparo".⁷

⁶ Ângela de Castro Gomes. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O legado de Vargas. In: **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade** – São Paulo: Editora Unesp, 2012, p.71.

⁷ Discurso de Getúlio Vargas. Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório. In: **A Nova Política do Brasil II: o ano de 1932**, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, p.163

O objetivo do trabalho será, portanto, o de historicizar as políticas públicas desenvolvidas para o enfrentamento da severa seca de 1932 no Nordeste Brasileiro pelo Governo da “Revolução”, bem como analisar as continuidades e/ou inovações no que se refere às estratégias de assistência aos flagelados e de intervenções ambientais, comparando-as com as estratégias utilizadas para enfrentar o mesmo problema pelos governos da Primeira República.

Na análise dos discursos produzidos em torno da estiagem de 1932 no Nordeste Brasileiro, tanto a documentação oficial como o material jornalístico, trabalharemos com o conceito de “cultura política”, configurada teoricamente no âmbito da corrente historiográfica denominada “Nova História Política”, que se constituiu entre as décadas de 1980-90 e que reabilitou a dimensão política, ao percebê-la de forma imbricada às dimensões cultural e social.⁸

Uma vez que as culturas políticas de uma sociedade são constituídas pelos

conhecimentos, ou pela distribuição destes entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto..., as normas..., a linguagem e os símbolos especificamente políticos,⁹

procuraremos observar até que ponto o Governo Revolucionário, ou o "Governo do Povo" desenvolveu políticas públicas inovadoras em relação às políticas oligárquicas da Primeira República.

Na análise dos discursos que nos serviram de fontes, procuraremos pelos símbolos, palavras, linguagens que expressem aquela cultura ou à visão de mundo compartilhada no início da década de 30, após mais de uma década de severas críticas à forma de fazer política das oligarquias brasileiras, em nada "Republicana".

Dentre a historiografia estudada, nos apoiamos principalmente nas obras: **Raízes da Indústria da Seca – O caso Paraíba**, da historiadora e pesquisadora da seca na Paraíba, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira; **Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará** (1915 e 1932), do historiador Frederico de Castro Neves, **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**, da historiadora Kênia Sousa

⁸ René Rémond. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 1ª ed. Francesa: 1988.

⁹ Giacomo Sani. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto *et alli*, **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000, v. 1 e 2, p. 306.

Rios, e **O Nordeste Brasileiro – invenção, espaço e dinâmica**, do agrônomo Francisco Ésio de Souza.¹⁰

Lúcia Ferreira, pesquisou o *modus operandi* da “indústria da seca” no estado da Paraíba, do início da intervenção do Estado Imperial à institucionalização da política de combate às secas na Primeira República. Uma obra relevante para compreensão do processo histórico da região Nordeste, trazendo consciência crítica a uma longa prática política que não pode ser tolerada socialmente.

Castro Neves aborda a remodelação urbana da cidade de Fortaleza, retrata o movimento dos retirantes da seca cearense de 1932 e sua resistência às novas tecnologias de controle social. Trata ainda da construção dos campos de concentração, ampliando os saberes acerca das grandes migrações e dos sofrimentos desses deslocamentos.

O trabalho da historiadora Kênia Rios foi o resultado de inquietações e perguntas acerca da organização do poder público e das ações de uma elite urbana frente à presença dos retirantes e o fantasma das secas na cidade de Fortaleza em 1932. Ao descortinar as áreas sombrias e tenebrosas da “Cidade do Sol”, Kênia Rios expõe os conflitos e confrontos sociais na cidade, bem como as estratégias de isolamento e confinamento dos flagelados.

Francisco Ésio, engenheiro agrônomo e técnico em desenvolvimento econômico e social, abordou as entranhas do cenário de lutas políticas travadas para que se rompesse a bipolaridade espacial brasileira entre Norte e Sul, e se chegasse a uma configuração de Brasil baseada nas características físicas, econômicas e sociais, constituindo-se o que hoje são as regiões do Estado Nacional. Seu trabalho também contribuiu para que pudéssemos dimensionar o drama histórico que representou a seca no Nordeste brasileiro.

Nosso principal suporte documental para a pesquisa foi a obra **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**, escrita por José Américo de Almeida, pois trata-se da prestação de contas da gestão deste à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas, entre 1930 e 1934. A obra nos permitiu avaliar e dimensionar os esforços dispendidos pelo Novo Regime Político no enfrentamento do velho problema da seca.

Também como aporte oficial pesquisamos as Leis e Decretos, federais e estaduais, discursos oficiais do Presidente do estado do Ceará e do Interventor do mesmo, proferidos

¹⁰ Francisco Ésio de Souza. **O Nordeste brasileiro: invenção, espaço e dinâmica**. Brasília: Senado Federal, 2017.

durante a Primeira República e durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, discursos e pronunciamentos de Vargas ocorridos entre 1930 e 1933.

Constituíram-se também como nossas fontes primárias os seguintes periódicos em circulação nas principais cidades do Nordeste e do Distrito Federal no período de 1930-1933: **Nação** (CE), **Diário de Pernambuco** (PE), **Correio da Manhã** (RJ). Neles, pesquisamos o impacto da seca de 1932, e sobre como a notícia era divulgada, a extensão dada ao problema, as ações públicas e particulares de combate ao flagelo e, particularmente nestas fontes, o debate público em torno do tema.

O trabalho se organiza em três capítulos. No primeiro, traçamos o percurso histórico da seca na região Nordeste do Brasil, um longo caminho de fome, doenças, desertificação do solo, falta de água, morte do rebanho e do sertanejo, perda da produção e migração. O objetivo do capítulo é historicizar a situação de indiferença dos poderes públicos em relação à questão da seca, até constituir-se em assunto de Estado, na Primeira República.

No segundo capítulo, abordaremos a questão do confinamento dos retirantes em regiões circunscritas, que foram denominadas de “Campos de Concentração” e que se constituíram como principal providência para conter a massa de retirantes famintos e miseráveis que, desde o Império, migravam para as capitais dos estados nordestinos em busca de sobrevivência. Tentamos trazer a discussão histórica e sociológica acerca do termo e dos usos políticos dos “Campos de Concentração”.

No capítulo três abordaremos especificamente a seca de 1932 no Nordeste Brasileiro e as estratégias para seu enfrentamento implementadas pelo Governo "Revolucionário" que, até a posse de Vargas como presidente, em 1934, denominava-se Governo Provisório. Analisaremos o esforço de reorientação política do governo, de inovação nas políticas públicas de combate a seca, em nome do Novo Regime.

Capítulo 1: O drama histórico da seca no Nordeste

*Quando oiei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação
... espero a chuva cair de novo
Prá mim vortá pro meu sertão*¹¹

(Asa Branca, de Luiz Gonzaga
e Humberto Teixeira)

A canção Asa Branca foi composta em 1947 por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. Considerada por muitos como hino do sertão nordestino, traz em sua letra romanceada o retrato do homem sertanejo que, diante da crueza impingida pela seca, abandona “seu sertão” em busca de água, comida e de uma vida melhor para si e sua família. Aborda temas como fome, miséria, migração, diferenças sociais e a degradação humana causadas pela seca.

A primeira estrofe traz o lamento sertanejo ao criador—“eu perguntei a Deus do céu, ai, por que tamanha judiação...”. Com o termo “judiação” os autores expressam o extremo sofrimento causado pelo calor intenso, pela falta de água que devastam a plantação, traz a fome e a miséria e que obrigam o sertanejo a deixar o “seu” sertão. Com toda a sua fé religiosa, perguntam a Deus o porquê de tanta provação.

Ainda assim, ao final da composição, após externar o intenso sofrimento, o retirante ainda guarda dentro de si a certeza de que a chuva vai voltar—“espero a chuva cair de novo...”; e a esperança de poder voltar para o sertão—“... prá mim vortá pro meu sertão”. Grande sucesso de Luiz Gonzaga na década de 1940, a canção contribuiu para disseminar e consolidar no imaginário coletivo nacional a representação do Nordeste Brasileiro como uma região pobre, árida, seca, com a presença de pessoas famintas no sertão. Entretanto, o Nordeste, nem sempre existiu.

A ideia de circunscrever um espaço físico e que depois seria chamado de "Nordeste brasileiro", começou a ser gestada em 1909, quando o presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7.619¹², de 21/10/1909, constituiu a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS¹³ e definiu uma série de medidas de enfrentamento à problemática

¹¹ Asa Branca – baião composto por Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, em 1947.

¹² BRASIL. Decreto Nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. **Aprova o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas.** - Rio de Janeiro, outubro de 1909.

¹³ IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas - Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS).

recorrente no Norte seco do país. No mesmo decreto, algumas premissas foram estabelecidas para a definição de áreas a serem priorizadas pelos estudos e ações governamentais promovidas pela União e pelos estados no combate ao fenômeno da estiagem.

Para Francisco Ézio de Souza, autor do livro *O Nordeste Brasileiro – Invenção, Espaço e Dinâmica*, neste momento Nilo Peçanha delimitava uma área que se tornaria alvo do olhar governamental e foco de intervenções permanentes e preventivas por parte da União e dos estados, com o propósito de diminuir o sofrimento do povo. Esta área, posteriormente, veio a ser denominada Polígono das Secas, por meio da Lei 175, de 07 de janeiro de 1936:

Art. 1º O plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte, de que trata o Art. 177 da Constituição, compreende:
I - Obras e serviços de execução normal e permanente;
II - Obras de emergência e serviços de assistência às populações, durante as crises climáticas que, pela sua intensidade e pela extensão da área então flagelada, exijam imediato socorro às populações.
Art. 2º A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no Art. 1º, é limitada pela poligonal, cujos vértices são os seguintes: cidades de Aracati, Acaraú e Camocim no Ceará; intersecção do meridiano de 44º W. G., com o paralelo de 9º; intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11º e cidade de Amargosa, no Estado da Bahia; cidade de Traipu no Estado de Alagoas; cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba; e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.¹⁴

Vemos assim que a delimitação do “polígono da seca”, contribuiu para delimitar a região leste do que então se chamava região norte do Brasil. Até então, a região Norte, criada em 1574 pelo Rei D. Sebastião ao dividir o Brasil nos Estados do Norte e do Sul, caracterizava-se por uma natureza diversa, que ia da extrema umidade e abundância de água (região da Amazônia), passando por área pontuada pela Mata Atlântica, onde se desenvolveu a indústria açucareira e cacaueira, até a área de extrema aridez, a caatinga.

Enquanto o Estado do Sul tinha seu governo sediado no Rio de Janeiro e, tal e qual o Norte baseava a sua economia na produção açucareira até o advento da cultura do café e a descoberta das minas de ouro, o Brasil do Norte tinha seu governo sediado na Bahia e compreendia grande diversidade climática.

O Norte Amazônico constituía-se em um enorme vazio demográfico e econômico, habitado predominantemente pelos povos nativos. O Norte “seco” expressava-se por uma maior densidade populacional e econômica, em relação ao Norte úmido. As culturas de cacau

¹⁴ BRASIL. Lei Nº 175, de 07 de janeiro de 1936. **O plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte, de que trata o art. 177 da Constituição.** – Rio de Janeiro. 1936. janeiro de 1936.

e açúcar engordavam os cofres coloniais e deu ao Norte, por algum tempo, uma vantagem econômico-financeira em relação ao Estado do Sul.

Segundo Souza, o Sul, além da abundância em recursos naturais e humanos, se beneficiava da proximidade das rotas comerciais marítimas, de condições climáticas mais amenas e de ações diferenciadas do Estado Nacional, requisitos dos quais padecia o Norte e que dificultavam, retardavam, imobilizavam e desaceleravam o desenvolvimento daquele Estado.

Essa situação de dificuldades enfrentada pela população do Norte era denunciada como falta de atenção do Governo. Como exemplo, a queixa do senhor de engenho Prisciano Lins, no ano de 1878, sobre a indiferença do Governo Imperial aos males que assolavam a região:

O governo e representantes são indiferentes aos males que afligem especialmente ao Norte do Império, quando açúcar e aguardente têm atingido preços tão mínimos (*sic*), e os gêneros que consome conservam preços altos e firmes; o café tem subido e sustentado ‘há muito o preço elevado e tanto bastante (*sic*) para que o governo e os do Sul considerem-se em mares de rosa, e pouco se deem que os do Norte se aniquilem por inanição.¹⁵

Ao se tratar de ajuda, só quando das ocorrências de secas, pois elas causavam morte de milhares pessoas, fosse por sede, fosse por falta de alimentos ou por pestes.¹⁶

O desabafo do senhor de engenho trazido por Souza evidencia também o quão dramático era o impacto causado pelas secas no século XIX, e que demandavam a assistência do Governo Imperial, uma vez que chegavam a “morrer milhares de pessoas”.

Já na República, Euclides da Cunha também denunciou o descaso com a região Norte do Estado Brasileiro. Destemido em sua fala, valendo-se dos ares de liberdade que chegavam com a jovem República:

Norte e Sul do Brasil, são duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais, uma toda indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, envolvendo influxos de uma administração única.¹⁷

¹⁵ O Norte Agrário e o Império *apud* Francisco Ésio de Souza. **O Nordeste brasileiro: invenção, espaço e dinâmica**. Brasília: Senado Federal, 2017, p.24.

¹⁶ *Idem*, p. 27

¹⁷ Euclides da Cunha– **Os Sertões: campanha de Canudos** – 29ª ed. – Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1979 – p.60

O problema da seca foi ganhando mais destaque no debate público. Por exemplo, no discurso de posse de Epitácio Pessoa, em 1919, o Presidente dirigiu-se ao Congresso Nacional e à Nação elegendo a seca do Norte como questão de urgência, comprometendo-se em auxiliar a população e extinguir a seca:

Devemos fugir de agravar os nossos compromissos com despesas que não sejam reclamadas pela necessidade de assegurar a integridade da Nação, e desenvolver as suas fontes de riqueza, como sejam o aparelhamento da nossa defesa militar, o saneamento do interior e a extinção das **secas do norte**.¹⁸

A estas despesas devemos acudir ainda com sacrifício, porque umas são a garantia da nossa própria existência e as outras importam o pagamento de uma dívida de honra para com a população pobre do interior, a quem quase tudo tem faltado, e a revalidação de uma das nossas regiões mais susceptíveis de produzir, onde a riqueza pública irá crescer de recursos imensos.¹⁹

O presidente assumira o governo quando o país atravessava crítica situação financeira e a região Norte enfrentava mais uma severa estiagem.

Em consonância com sua proposta de enfrentamento das secas no Estado do Norte e auxílio à população local, Epitácio Pessoa autorizou o governo a contrair empréstimos externos a serem empregados em obras contra as secas e federalizou a IOCS, que passou ser chamada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS. Os recursos externos seriam empregados para viabilizar rodovias, ferrovias, comunicação e açudagem nas regiões mais vulneráveis à estiagem, em particular na área poligonal anteriormente delimitada, em 1909, pelo Decreto de Nilo Peçanha.

A ideia do “desmembramento da pátria” se constituía em uma preocupação por parte da elite política desde o tempo imperial, razão pela qual a palavra Nordeste, segundo Souza, era proibida e considerada subversiva, pois trazia em suas entrelinhas a ideia de uma possível fratura, fragmentação e esfacelamento da unidade nacional em diversas regiões, pautadas em caracteres geográficos e, principalmente, geoeconômicos.

Para Epitácio Pessoa a ideia do desmembramento da unidade nacional era tida como impensável para qualquer “alma brasileira”. Entretanto, manifestava-se contundentemente

¹⁸ J B Ferreira Bonfim – Discurso de Epitácio Pessoa (1919-1922). In: **Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse de Deodoro a Lula**. 1ª Edição. LGE Editora, 2004 e 2006, p.16.

¹⁹ *Idem*, p.172.

em relação à ausência de “espírito de equidade” e “justiça”. Ao comparar as duas zonas geográficas da República, ao tempo em que conclamava os poderes federais a prezar pela equidade na distribuição dos recursos de forma a diminuir as reclamações e queixas que antagonizavam Norte e Sul, zelando pela igualdade e justiça a que tem direito ambas unidades da Federação:

Não há, senhores, uma alma de brasileiro que não repita com a mais indignada revolta a ideia do desmembramento de nossa bela pátria. (...), mas aos Governos incumbe, por uma distribuição mais equitativa de sua ação providente, afastar os motivos de reclamações e queixas. Ora, basta lançar os olhos, de um lado, (...) para reconhecer que, da parte dos poderes federais, não tem havido aquele espírito de equidade e de justiça a que se julgam com igual direito as unidades componentes de uma mesma Federação”.²⁰

A proposta e as intenções do presidente Epitácio Pessoa, em relação à solução da seca que assolava periodicamente o Norte do Brasil, ecoou positivamente naquela região, apesar das diversas dificuldades encontradas para sua implementação.

Na obra “Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba”, a historiadora Lúcia Ferreira reforça que: “o plano de Epitácio Pessoa para o Nordeste enfrentou as maiores dificuldades para sua implementação não só pela oposição das oligarquias sulistas, mas, principalmente, da própria oligarquia nordestina, ou seja, da ação dos industriais da seca”,²¹ que se aproveitavam da seca para solicitar empréstimos e recursos da União ou no desvio e aplicação indevida das verbas destinadas as obras de melhoria.

Os esforços envidados pelo então presidente Epitácio Pessoa pela equidade entre ambas regiões territoriais, superaram as preocupações com a unidade nacional e um provável desmembramento territorial. Ao mesmo tempo que lhe renderam aplausos, seus esforços lhe renderam também desapontamentos, além de uma acirrada oposição política.

Entretanto, a despeito de todas as resistências encontradas, foi no governo de Epitácio Pessoa que o Nordeste passou a existir geopoliticamente e o vocábulo Nordeste foi cunhado em definitivo e tão fortemente que mudou a denominação norte oriental do país para nordeste, como forma de referir-se mais especificamente àquela área diferenciada que incluía uma zona árida.

²⁰ Epitácio da Silva Pessoa – **Pela Verdade** – p.50.

²¹ Lucía de Fátima Guerra Ferreira. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993, p.103.

Em 1922, Epiácio Pessoa, durante a abertura do segundo período legislativo, apresentou ao Congresso Nacional as medidas adotadas pelo seu governo aquele momento, dentre elas, aquelas direcionadas ao combate a seca. Apresentou as carências identificadas no serviço público e as providências necessárias para continuar o enfrentamento das secas, apelando para o espírito patriótico dos congressistas para que a solicitação governamental fosse aprovada.

Senhores Membros do Congresso Nacional,²²

Ides ver o que o Governo já fez no Nordeste.

Auxiliar o homem que se retira, tangido pela necessidade, depois que perdeu as suas plantações e viu morrer o seu gado no primeiro passo da luta contra os efeitos das secas: as vias de comunicação, estradas de ferro e de rodagem, são as obras indicadas.²³

Eis aí o que já estava feito no Nordeste a 31 de dezembro do ano passado.²⁴

E quanto teriam custado, até essa data, todas as numerosas e importantes obras que acabo de citar – estradas de ferro, portos, estradas de rodagem, açudes, poços, tanques, casas de morada, estações, instalações mecânicas, fundações e muralhas, barragens, serviço de abastecimento d’água, depósitos, etc. – e mais o imenso material de construção e transporte para elas já comprado, recebido e conduzido aos lugares de destino? Noventa e cinco contos de réis. (Epiácio Pessoa)²⁵

a extinção das secas do Nordeste não é somente o cumprimento de um dever de confraternidade patriótica e solidariedade humana, mas também um dos fatores mais fecundos da prosperidade econômica do Brasil.

Mostrei ainda que o plano adoptado pelo Governo para a solução desse grave problema é o mais adequado.²⁶

Até aqui vimos tratando de uma região “Nordeste” que se refere a um espaço físico que passa por recorrentes estiagens, e que, por isso, refere-se também a uma região “Nordeste” como questão social, a da fome, a do êxodo. Assim, podemos falar em um Nordeste Político-Social de Nilo Peçanha, que se confundiu com o polígono da seca, aquele que foi delimitado pelo Decreto Presidencial 7.619 de 21/10/1909; em um “**Nordeste**” de Epiácio Pessoa, que englobou todas as regiões circunscritas ao semiárido brasileiro. Houve o **Nordeste** Político-Econômico e Social definido pelo IPEA²⁷ - Instituto de Pesquisa

²² Epiácio Pessoa – **Mensagem ao Congresso Nacional**. Abertura da 2ª Sessão da Décima Primeira Legislatura. Rio de Janeiro, 1922, p. 141-154.

²³ *Idem*

²⁴ *Idem*

²⁵ *Idem*

²⁶ *Idem*

²⁷ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – Criado em 1964, suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Econômica e Aplicada, que dividiu a região em cinco Áreas Estratégicas para intervenção do poder público e privado.

Tal como a conhecemos hoje, a região Nordeste foi definida como uma das cinco regiões do Brasil pelo IBGE ²⁸ – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1969. É composta por 9 estados - Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, se constituindo na região mais populosa do país e com o menor IDH ²⁹ – Índice de Desenvolvimento Humano.

Mas, para além do Nordeste físico, queremos destacar aqui a força do Nordeste imaginado. Afinal, o Brasil “nasceu” no Nordeste e em grande parte da história colonial brasileira, foi a região rica da América Portuguesa, em contraste ao sul pobre, que vivia da escravização de indígenas.

Se há um imaginário do sertanejo – terra abençoada, boa para se viver quando chove, mas quando não...; Terra abandonada pelos homens da política, mas só deixada para trás no último pau-de-arara –; há o imaginário preconceituoso de muitos habitantes das regiões Sul e Sudeste - terra de gente feia, pobre e analfabeta. Terra de gente que migra e incrementa favelas, aumenta a criminalidade. Terra de gente violenta, revoltada e que vive às custas do governo.

Há ainda o imaginário turístico - região de sol, de chuva escassa, de temperaturas pouco variadas, praias deslumbrantes e de águas mornas, falésias, dunas, variedade gastronômica e lindos coqueirais, imagem que contrasta com a de região atrasada e a mais subdesenvolvida do Brasil... De qualquer ângulo que se aborde a imagem do Nordeste, a seca e seu impacto social marcaram-na profundamente.

1.1 Historicizando a divisão Norte-Sul

Para Souza, o processo de desenvolvimento do “Estado do Sul”, ancorado principalmente nas ações diferenciadas do Estado Central em relação ao Norte, foi o

²⁸ IBGE - O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é um instituto público da administração federal brasileira criado em 1934 e instalado em 1936 com o nome de Instituto Nacional de Estatística. Se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

²⁹ IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população.

responsável pelas disparidades de renda entre Norte e Sul, pelo preconceito e indiferença do Sul para com o Norte, e pelas desigualdades regionais.

Para o autor, o abismo entre os Estados deveu-se, principalmente, à ausência de uma interferência do Estado Nacional para corrigir as desigualdades que se apresentaram durante o processo histórico de desenvolvimento da Colônia, do Império e da República.

As secas sempre existiram no Nordeste bem antes da chegada dos portugueses no século XVI. De acordo com documento elaborado pelo Banco Mundial³⁰ em 2016, os problemas mais contundentes da estiagem começaram a surgir a partir da penetração do colonizador no sertão que, com o estabelecimento de fazendas e desmatamento da região para a criação de gado e produção de alimentos, modificou a paisagem e o ecossistema característico da região, resiliente e já adaptado às variações do clima: a Caatinga.

A primeira seca de que se tem registro ocorreu no ano de 1583, ainda no século XVI. Desde então, prossegue o documento, grandes secas foram registradas, sempre acompanhando o adensamento populacional no interior nordestino. Entre os séculos XVII e XX há registro de 104 episódios de estiagem³¹ afetando sistemas produtivos como o do algodão, as charqueadas, o gado, a subsistência, trazendo a reboque a fome, a sede, e a pobreza. Ainda de acordo com o estudo do Banco Mundial, a estiagem mais severa no semiárido ocorreu em 1877-79 que dizimou metade da população e do rebanho bovino.

As causas das secas são climáticas, aponta o documento. Influenciado pelo fenômeno El Niño e pelas temperaturas da superfície do Oceano Atlântico, o clima do nordeste sofre outras influências climáticas vindas do Sul, resultando em precipitações menores, concentradas em poucos meses do ano.

Em razão do solo raso de base cristalina, os rios são intermitentes. Em períodos de seca extrema a redução pluviométrica produz grande impacto na região com consequências catastróficas para a lavoura, os rebanhos e a população.

Para Caio Lóssio Botelho,³² o fenômeno da seca não é a falta absoluta de água, mas sim a sua má distribuição no tempo e no espaço, agravado pela má gestão e aproveitamento de seu único recurso hídrico: as chuvas, acompanhada pela ausência de políticas públicas eficientes, ou ineficazes em suas aplicações.

³⁰ DE NYS, E; ENGLE, N. L; MAGALHAES, A. R. (Org.) **Secas no Brasil: política e gestão proativas** – Brasília: - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; 2016.

³¹ Manoel Correia de Andrade – **Seca Enquanto Problema** –Atlas Escolar de Pernambuco, 2003.

³² Caio Lóssio Botelho. Geógrafo e um dos grandes estudiosos da seca no Ceará. Discurso de saudação a Francisco Ézio de Souza por ocasião de sua posse como sócio efetivo do Instituto Histórico do Ceará, em 2002, *apud* Francisco Ézio de Souza. **O Nordeste brasileiro: invenção, espaço e dinâmica**. Brasília: Senado Federal, 2017, p. 28.

Euclides da Cunha, durante sua estada em Canudos,³³ impressionado com o fenômeno climático e suas consequências, empreendeu estudo acerca da gênese da estiagem. Ao observar as maiores secas ocorridas nos séculos XVIII e XIX na região, Cunha encontra uma cadência na marcha do flagelo. Entre 1710 e 1879 foram 10 períodos de extrema seca, com duração de 1 a 2 anos e intervalos entre si de 9 a 12 anos, o que, apesar de possibilitar previsões de interrupção, não trazia solução para o problema. Clima e topografia, concluiu Euclides da Cunha, não são os únicos fatores a compor fenômeno da estiagem, mas sim uma significativa variedade de fatores remotos a influenciar o fenômeno tornando-o irremediável e cruelíssimo.

O impacto da seca não se restringe à falta de água para o consumo humano, dos animais ou para a lavoura. As garras da seca impactam a economia (perda da safra e do rebanho), a sociedade (grandes movimentos migratórios), a saúde (doenças), trazem o desemprego, a fome e, às vezes, a morte (pela fome ou pelas doenças). Afetam o ecossistema e seu equilíbrio natural e provocam a desertificação da região.

Foco de “combate” e abordagens desenvolvimentistas, cristalizadas no ideário popular, político e científico como “flagelo”, ainda hoje como no passado, a seca figura como alvo de agendas governamentais, climáticas e de políticas públicas. No entanto, para Souza, correlacionar os projetos e as políticas governamentais unicamente aos períodos da seca, bloqueou, e ainda bloqueia, o crescimento da região e a melhoria do bem-estar da população sertaneja.

Cada episódio de estiagem ocorreu em diferentes contextos políticos e, portanto, foi alvo de diferentes propostas e intervenções estatais cujo propósito era, e é, resolver o problema da seca no Nordeste.

Souza, em seu livro “O Nordeste Brasileiro”, entende que as providências tomadas pelo poder público para o enfrentamento da seca, começam pelo o que chama de “fase de socorros”.

“A fase de socorros”, no período colonial, caracterizada por ações assistencialistas, débeis e pontuais, de caráter puramente humanitário, visando atender apenas ao sertanejo, no sentido restrito de garantir a sobrevivência do morador da região. Uma ajuda difícil de operacionalizar pela escassez de água, alimentos e assistência médica, dificultada pela carência de estradas, transporte e comunicação. Já nessa fase, a população atingida pela seca

³³ Euclides da Cunha – **Os Sertões...**, *op cit.* p. 26-36.

migrava massiva para as áreas mais urbanizadas, aglomerando-se aleatoriamente pelas ruas e avenidas, embaixo de árvores, a espera de ajuda.

Nessa primeira fase, o semiárido nordestino sofreu quatro grandes períodos de estiagem: 1721-27, 1776-77, 1792 e 1790-1793. Desses, a estiagem entre 1776-77 foi considerada catastrófica. Para acudir a população, a Metrópole determinou a reunião dos flagelados em povoações em regiões as margens dos rios, ação que induziu a formação de novos plantios e à urbanização, de onde surgiram inúmeras vilas, nos estados hoje do CE, AL, PB, PI, PE, BA e RN.

Para Souza essa ação foi a mais contundente do ponto de vista social e econômico e de enfrentamento da seca, uma vez que produziu um ordenamento espacial, onde áreas nobres de terra (aquelas próximas aos rios) foram divididas com a população dos sem-terra e pequenos proprietários.

Durante os outros períodos de estiagem, cita o autor, tanto a criação da primeira organização administrativa para dar trabalho aos flagelados, como a realização de um recenseamento da população localizada em áreas vulneráveis ao fenômeno, agrupando-as em núcleos populacionais facilitando, assim, ações pontuais do governo colonial, também se constituíram em ações de combate as secas.

Entretanto, e infelizmente, ainda segundo Souza, as ações governamentais nesse período da história do país, foram meramente de caráter assistencialista, cessando por completo ao sinal das primeiras chuvas sem deixar nada de construtivo e permanente a ser utilizado como resistência para os futuros períodos de seca.

Segundo o mesmo autor, de uma Metrópole ausente, incapaz de se fazer presente no semiárido, o Império encontrou um Estado Monárquico que enfrentou a maior de todas as secas. A estiagem entre em 1877-79 dizimou quase todo o rebanho bovino e a metade da população do Ceará, em razão da grande epidemia de varíola, da fome, da sede e de outras doenças. Foi também durante a seca de 1877-79 que se tem registro da primeira grande migração para as capitais dos Estados.

De acordo com Rodolfo Teófilo,³⁴ que empreendeu campanha de vacinação na seca de 1877, a capital cearense chegou a receber retirantes que passaram a representar mais do que o triplo de sua população: “O ano de 1878 seria calamitoso! A continuação do flagelo,

³⁴ Rodolfo Teófilo foi escritor, poeta, contista, articulista, documentarista e farmacêutico. Empreendeu uma campanha de vacinação contra a varíola na cidade de Fortaleza. Autor do livro *A Fome apud F. C Neves - Curral dos Bárbaros: os Campos de Concentração no Ceará* (1915 e 1932), **Revista Brasileira de História**, v. 15, n. 29, 1995.

contra a previsão de todos, teria consequências ainda mais desastrosas Na Fortaleza, mais de cento e quarenta mil almas estavam abarracadas em roda da cidade”, registrou ele.

A cidade de Fortaleza, com a chegada dos flagelados na seca de 1877, observou uma mudança drástica, dramática e alarmante de seu cenário urbano. A massa de retirantes buscava na Capital alívio para a sede e a fome. Com eles, de acordo com Neves, chegaram também as epidemias, os crimes, os assaltos, o desacato à moral e aos bons costumes. Morriam aproximadamente 400 pessoas por dia de fome, sede, varíola, febre amarela e outras doenças. Ao todo, durante os três anos de seca, foram registradas no estado do Ceará cerca de 400 mil mortes.³⁵

Ainda segundo este autor, a varíola chegou na cidade de Fortaleza em fins de 1877, tendo sido alimentada pela resistência da população em vacinar-se contra a doença e, principalmente, pelas péssimas condições de higiene em que se encontrava a cidade, a fragilidade física dos retirantes, o não cumprimento pelo governo das medidas médicas recomendadas e o caos urbano que se instalou com a chegada dos flagelados.³⁶

Guilherme Chambly Studart, o Barão de Studart, foi médico, historiador e segundo Vice-Cônsul do Reino Unido no Ceará. Trabalhou como médico na cidade de Fortaleza. Em sua obra, "Geografia do Ceará", afirmou que durante a longa e pavorosa seca de 1877, o povo cearense foi vítima da inclemência da natureza, da própria imprevidência, das desorientações e erros dos administradores, das depredações e da ganância dos desalmados.³⁷

Os clamores da população e a longa duração da estiagem foram tais que o Imperador Pedro II determinou que estudos técnicos fossem realizados na região. Para tanto, foi criada a Comissão Científica Exploradora com o objetivo de estudar a província do Ceará sob diversos aspectos, de forma a estruturar ajuda que atendesse a todos os anseios da população atingida pela seca da época.

Como conclusão dos estudos, recomendou a Comissão como solução a construção de açudes, de estradas e ferrovias, a transposição do Rio São Francisco e a importação de camelos da África para facilitar o transporte no semiárido. A inadaptação dos camelos ao clima nordestino frustrou a ação. Foram também criadas as Comissões de Socorros, direcionadas ao treinamento de pessoas para atuarem em trabalhos voltados à solução dos problemas do semiárido seco, por meio de programas e projetos estratégicos e prioritários em âmbito nacional. Eram compostas por técnicos e engenheiros nacionais e internacionais.

³⁵ F. C Neves - Curral dos Bárbaros: os Campos ..., *op cit*, p. 93-122.

³⁶ *Idem*.

³⁷ Guilherme Studart. **Geografia do Ceará**. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1924.

Foi ainda durante o governo Imperial que teve início a construção do açude Cedro, no município de Quixadá (CE). A construção teve início na década de 1880-1890, e foi concluído apenas em 1906, durante o período Republicano. Para Souza, a construção do açude Cedro se tornou um marco na dominação do meio pelo homem. Uma obra que tangibilizou uma ação concreta e de longa duração no que diz respeito ao combate à seca.

A interferência política nos programas públicos de assistência aos flagelados já existia durante o governo Imperial. De acordo com estudos do Banco Mundial, desde a seca plurianual de 1877-79, os recursos, direcionados pelo Poder Imperial para ações que viessem a minimizar as consequências da estiagem e prestar assistência aos afetados, eram geridos pelas elites políticas locais que, na maioria das vezes, os utilizavam em proveito próprio.³⁸

Na obra “Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba”, Lucia de Fátima Guerra Ferreira afirma que, apesar de criticado como um mal da monarquia, a **indústria da seca**, que se apropriou do tema seca para atrair recursos públicos para a região, se fez presente no regime republicano.³⁹

Para a historiadora, o assistencialismo filantrópico do Estado foi a “solução” encontrada para acalmar a elite emergente atemorizada pela multidão de famintos e pedintes que ameaçavam a propriedade privada. Esse tipo de medida também atendia aos interesses de uma elite oligárquica, cuja turba de famintos e flagelados incomodava, mas que servia aos latifundiários locais como mão de obra barata e abundante. Para a autora, este foi um período em que a “solução” perpassou pelas relações entre a elite latifundiária regional, o estado e a quem essa “solução” interessava.

Assim, na Primeira República, as políticas públicas se voltaram para a atenuação da agressividade do meio físico com a intensificação das obras de açudagem, das rodovias e para os socorros mais eficientes às populações flageladas. A questão das secas ganhou mais destaque na imprensa e virou pauta política dos programas eleitorais das elites oligárquicas, sendo, inclusive, institucionalizada como problema de Estado.⁴⁰

Com a fusão das Comissões de Açudes e Irrigação, Comissões de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e a Comissão de Perfuração de Poços, heranças Imperiais para cuidar do problema da seca, surgiu em 1903, no Governo Rodrigues Alves, a Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas.

³⁸ DE NYS, E; ENGLE, N. L; MAGALHAES, A. R. (Org.) - **Secas no Brasil: política...**, *op cit*, p, 30.

³⁹ L F G Ferreira. **Raízes da Indústria da Seca: o caso...**, *op cit*, p. 109.

⁴⁰ *Idem*, p.126

Em 1909, por meio de Decreto Presidencial 7619,⁴¹ de 21 de outubro de 1909, Nilo Peçanha aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas e criou a IOCS – Inspetoria de Obras Contra a Seca, uma divisão do Ministério da Viação e Obras Públicas, encarregada de realizar estudos geológicos, hidrológicos, botânicos e mineralógicos, nos quais pudessem embasar a execução de obras, açudes, represas, estradas e ferrovias, para socorrer a população assentada em algumas áreas do Norte do Brasil, de forma perene.

Segundo Souza a regulamentação da necessidade de prover assistência perene ao Norte durante a seca foi motivada pelo crescente temor das elites latifundiária e política de que um novo Canudos pudesse vir a ocorrer.⁴²

Entre 1914-1918, Wenceslau Brás, ainda segundo Souza, reorganizou e fortaleceu o IOCS para a realização de obras de infraestrutura, açudes, barragens, vias de comunicação entre as capitais e o semiárido que possibilitassem o escoamento de alimentos, água e remédios para o interior em caso de seca severa, como a grande seca de 1915.

Para diversos autores, a seca de 1915 deixou marcas profundas no imaginário sertanejo pela sua severidade, perdurando ao longo do tempo por intermédio de crônicas, memórias, cartas e livros, como *O Quinze* de Rachel de Queiroz.

A atuação do Estado republicano, durante a grande estiagem de 1915, não foi além da caridade imediata, pontua a historiadora Lúcia Ferreira. A concentração da massa flagelada, faminta, sedenta que chegava à cidade de Fortaleza era reunida em um só lugar, os campos de concentração, em substituição aos abarracamentos da seca de 1877-79.

Nestes "campos", os retirantes quedavam-se a espera do emprego na construção dos açudes, nas estradas ou em outra obra pública prometida pelo governo em troca do socorro que mataria a fome e a sede. Entretanto, a oferta de trabalho era infinitamente menor que a massa migratória que chegava às capitais. Quedavam-se, ainda, a espera de passagem que os expatriaria para o Amazonas ou a espera da chuva para voltar ao sertão.

Epitácio Pessoa (1919-22) foi o primeiro Presidente da República Oligárquica a investir em larga escala e iniciar um grande número de obras na região Nordeste. Frente à crise econômica pela qual passava o país do pós-guerra, autorizou a aquisição de empréstimos externos para serem empregados diretamente em obras contra a seca e na construção de portos e estradas.

⁴¹ BRASIL. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. **Aprova o regulamento para os serviços contra os efeitos das secas.** Rio de Janeiro, out.1909.

⁴² Francisco Ésio de Souza. **O Nordeste brasileiro: invenção..., op cit .**

Ao mesmo tempo, federalizou a IOCS transformando-a em IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, demonstrando a intenção de prover por meio do Estado Nacional tratamento diferenciado à região do Polígono das Secas, hoje denominado Semiárido⁴³.

O Presidente parecia determinado a combater de forma duradoura os efeitos da seca e, ao mesmo tempo, sensibilizar o Estado e sua população de que a seca não prejudicava somente aos moradores das regiões atingidas pela estiagem, mas que os prejuízos econômicos atingiam a toda a Nação.

Duramente criticado e pressionado pela oligarquia "sulista", que atribuía a crise da [cafeicultura](#) ao auxílio dado ao Nordeste, somado à péssima situação financeira do país e as chuvas torrenciais de 1924 que levaram na enxurrada as crenças de que havia seca no Nordeste, 90% do projeto de Eptácio Pessoa foi paralisado pelo novo governo de Artur Bernardes como solução para sanear as contas públicas e colocar o Brasil nos trilhos.

O presidente Eptácio Pessoa resistiu às pressões oriundas das elites sulistas, que demandavam atenção do Estado para o problema da superprodução cafeeira, à pressão exercida pelo grupo que o alçou ao poder, à força das oposições parlamentar e jornalística e, principalmente, à pressão da oligarquia nordestina que, a despeito da fiscalização, apropriavam-se indevidamente dos recursos liberados pelo Estado, redirecionando-os para o atendimento de interesses próprios, repassando o mínimo necessário para que a massa sertaneja sobrevivesse.⁴⁴

A base política de compromissos assentada por Campos Sales entre as esferas federal e estadual, a chamada Política dos Governadores, tratava a problemática das secas direcionando soluções restritas ao atendimento dos interesses da elite dominante do Nordeste, detentora de latifúndios.

A historiadora Lúcia Ferreira concluiu em seu trabalho que as elites oligárquicas se apropriaram do tema “seca” com o fim de atrair recursos federais para a região, alegando a necessidade de auxílio aos flagelados. No entanto, os recursos não eram revertidos em função da população flagelada e servia apenas para reforçar a sua dominação.⁴⁵

Concluimos esse capítulo historicizando as políticas públicas de enfrentamento da seca pelo Governo Imperial e pela Primeira República Oligárquica. No capítulo 3,

⁴³ L F G Ferreira. **Raízes da Indústria da Seca: o caso... op cit..**

⁴⁴ *Idem*

⁴⁵ *Idem*

retomaremos o assunto destas políticas públicas, porém, sob o governo pós-Revolução de 30.

Capítulo 2: Os Campos de Concentração Nordestinos como Solução dos problemas causados pela seca

*No Estado do Ceará
A exemplo do alemão
Houve por aqui também
Campo de concentração
Lá era pra matar judeu
Aqui o povo do sertão.⁴⁶
(Henrique Pinheiro)*

O debate em torno da constelação de conceitos articulados à expressão "Campo de Concentração" continua atual, como indica o artigo de Masha Gessen, publicado na revista *The New Yorker*, em 21/06/2019, intitulado *The Unimaginable Reality of American Concentration Camps*.⁴⁷

A reportagem tratou do intenso debate ocorrido no parlamento americano a respeito da política adotada pelo Governo na fronteira sul dos EUA. Segundo Gessen, alguns parlamentares têm denunciado que civis tem ido a campos de detenção sem qualquer tipo de julgamento e que lá são brutalizados e tratados com desumanidade, chegando, às vezes, a óbito. Segundo os mesmos parlamentares, tais locais de detenção se assemelham aos campos de concentração utilizados durante a Segunda Guerra, pelos alemães.

Em sentido contrário, outra grupo de parlamentar rebate a comparação sob o argumento de que tal analogia “fere” a memória dos judeus e a de suas perdas durante o holocausto, uma vez que, para esse grupo, não há nada que se compare à brutalidade e crueza dos campos nazistas e do horror que foi o holocausto.

Se procurarmos pelo que caracterizaria um espaço de detenção de pessoas a fim de classificá-lo ou não como campo de concentração encontraremos no "Dicionário Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa" a seguinte definição: “campo onde pessoas (prisioneiros de guerra, presos políticos ou súditos estrangeiros) são detidos ou confinados e às vezes sujeitos a maus-tratos e indignidades físicas e morais”.⁴⁸

Na definição dada pelo "Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa" para campo de concentração encontramos: “local cercado para onde pessoas são levadas contra a sua

⁴⁶ Campos de Concentração do Ceará – Poema de autoria de Henrique César Pinheiro.

⁴⁷ M Gessen. *The Unimaginable Reality of American Concentration Camps*, 21.06.2019 – **The New Yorker Magazine**. Edição de 21/06/2019.

⁴⁸ MICHAELIS: **moderno dicionário da língua portuguesa** - São Paulo: Companhia Melhoramento, 1998.

vontade, por ordem de governos, comandos militares, etc., em período de guerra ou não, sob o pretexto de serem indivíduos nocivos à sociedade, inimigos em potencial, ou qualquer outro motivo que sirva para justificar a supressão da sua liberdade”.⁴⁹

Ambos os dicionários definem os campos de concentração como locais em sua maioria cercados, que concentram pessoas consideradas inimigas reais, ou em potencial, que configurem risco a regimes políticos ou à sociedade em que vivem. Uma vez concentradas, essas pessoas passam à invisibilidade própria dos alijados política e socialmente. São submetidas à exploração de sua força de trabalho, mal alimentadas, sofrem maus tratos, chegando até a serem deixadas para morrer de fome, frio ou de doenças relacionadas à desnutrição ou epidemias.

A jornalista Anne Applebaum, por exemplo, se refere aos campos russos de trabalho forçado: os Gulags,⁵⁰ ou “a máquina stalinista de matar”.⁵¹ Em seu livro, “*Gulag, a History*”, a jornalista descreve os *gulags* soviéticos como campos de trabalho forçado, que chegaram a conter milhões de prisioneiros, envolvidos diretamente na construção de cidades, estradas, aeroportos e campos de petróleo.

Diferentemente dos campos nazistas, os prisioneiros do Estado Soviético não foram mortos em câmaras de gás, mas eram levados até florestas, recebiam um tiro na cabeça e terminavam em túmulos coletivos. Também morriam por negligência. Morriam de fome ou doentes, largados em hospitais sem aquecimento e comida. Os inimigos do regime stalinista eram todos e qualquer um. Poderia ser russo, estrangeiro ou pertencente a uma minoria étnica, ser camponês, ou trabalhador, ser contra o regime, ou simplesmente ter chegado atrasado ao trabalho. Não havia perfil ou critério definidos. Para o Estado Stalinista todos eram uma ameaça ao regime.⁵²

Eric Hobsbawm, ao tratar o racismo nazista sob a perspectiva ariana, definiu os campos de concentração “como obstáculos a uma potencial oposição comunista e como prisões para os quadros da subversão”.⁵³ Os campos eram encarados com simpatia pelos conservadores convencionais, antes de serem expandidos para um universo de terror, tortura e morte de milhões de pessoas durante a Segunda Guerra.

⁴⁹ HOUAISS: **Dicionário da Língua Portuguesa** - Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009 – 1ª edição.

⁵⁰ Abreviação em russo para “Administração Central dos Campos”. Um nome burocrático para o órgão que administrava todos os campos de trabalho na União Soviética.

⁵¹ Anne Applebaum é jornalista americana ganhadora do Prêmio Pulitzer com o livro *Gulag, a History*.

⁵² Anne Applebaum. Holocausto Comunista. Entrevista a Alexandre Perillo. In: **Revista Superinteressante**.

⁵³ Eric Hobsbawm. **Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 151.

No caso alemão, a estrutura "campo de concentração" está relacionada mais diretamente à Segunda Guerra. Foram largamente utilizados pelos nazistas para o aprisionamento e confinamento de pessoas capturadas durante o conflito bélico e tornadas prisioneiras. Em menor escala, em comparação aos campos russos, concentraram pessoas que se contrapunham politicamente ao regime vigente, como também minorias étnicas, que não se alinhavam ao perfil ariano definido para o povo alemão pelo regime nazista.

Ainda segundo Anne Applebaum, os campos nazistas foram verdadeiras fábricas de cadáveres. O trabalho forçado era raro, uma vez que os prisioneiros eram mandados diretamente para as câmaras de gás. Apesar de menos longevos que os campos russos, os campos alemães se tornaram cada vez mais cruéis, e sua crueldade só foi interrompida quando os aliados venceram a guerra.

Hannah Arendt, pensadora contemporânea no campo da Filosofia Política, em "Origens do Totalitarismo", considera a instituição dos campos de concentração uma das características mais relevantes do sistema totalitário. Em sua interpretação, entende que os campos de concentração não se prestam apenas para degradar e eliminar pessoas, mas também como estruturas de experiência da eliminação, um modelo social perfeito para o domínio total, onde ocorre a degradação total da identidade humana, a dominação e subjugação do "inferior" pelos detentores do poder absoluto, os "superiores".⁵⁴

Fernanda Muller, em seu artigo "Auschwitz e os Desafios da Representação",⁵⁵ onde reflete acerca da importância de se conferir novos significados aos restos –os problemas da representação da catástrofe e o extermínio da história perante a virtualidade de nosso tempo –, aponta para o fato de que nos campos de concentração nazistas promoveu-se a desumanização dos presos, a aniquilação moral e o assassinato.

Para a autora, o Estado Nazista foi o primeiro estado radicalmente biopolítico,⁵⁶ que legitimou a exclusão de homens, mulheres, grupos e minorias indesejáveis de qualquer direito, sem risco de incorrer em crime. Não foram apenas judeus os eliminados nos campos

⁵⁴ Hannah Arendt. **Origens do totalitarismo**; tradução Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012. P. 434-611.

⁵⁵ Fernanda Muller. Auschwitz e os desafios da representação. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, p. 48-62, jan. 2008. ISSN 2175-7917.

⁵⁶ Termo cunhado por Michel Foucault em 1974, o termo biopolítica diz respeito a uma forma de poder em ascensão silenciosa e contínua, responsável por fazer viver e deixar morrer. O biopoder consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados do extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por sua vez, a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitam gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade. Segundo Foucault é um instrumento utilizado pelos Estados modernos.

de concentração alemães durante a Segunda Grande Guerra, mas toda a vida considerada indigna de ser vivida pelos padrões supostamente científicos da Alemanha sob o governo de Hitler.

Além dos campos nazistas e russos, há registro de campos de concentração nos Estados Unidos, durante a 2ª Guerra Mundial, no Chile, durante a ditadura Pinochet, nas colônias inglesas na África, na China e no Brasil. O intuito sempre foi o mesmo, qual seja o de segregar socialmente e o de controlar uma determinada população sem misturá-la àquelas consideradas “melhores ou superiores”.

2.1 A constituição dos "Campos de Concentração " no Brasil

Pode causar estranheza ou exagero usar a expressão "Campos de Concentração" para referir-se às estruturas utilizadas para conter os retirantes das secas no nordeste brasileiro. Isso porque os campos de concentração nazistas criados durante a Segunda Guerra Mundial marcaram o imaginário a respeito dessas instituições.

Como vimos na reportagem de Masha Gessen, alguns parlamentares estadunidenses se indignaram com o fato de seus colegas terem se referido aos campos de detenção de civis naquele país como "campos de concentração", pois tal feria a memória do holocausto.⁵⁷

Assim, a memória da ferocidade do Holocausto pode impedir que se visualize semelhanças entre o investimento do Estado Brasileiro nessas estruturas durante as estiagens no Nordeste. Passamos então a analisar a constituição dessas estruturas no Brasil de modo a refletir sobre o nível de violência desta ação pública, e a adequação ou não do uso dessa terminologia para o caso brasileiro.

Primeiramente lembramos que os campos de concentração não são uma invenção alemã, nem foram criados à época da Segunda Guerra Mundial. Segundo Arendt, os campos de concentração foram utilizados pela primeira vez na Guerra dos Bôeres,⁵⁸ no começo do século XX.

No Brasil, a estrutura física “campo de concentração” para contenção de retirantes da seca foi utilizada pela primeira vez no Nordeste para deter o fluxo migratório dos fugitivos da seca, retirantes flagelados que durante a severa estiagem ocorrida nos anos de

⁵⁷ M Gessen. *The Unimaginable Reality...*, *op cit.*

⁵⁸ Guerra dos Bôeres: conflito armado entre o Império Britânico e os colonos holandeses (chamados de Boers), desenvolvidos na África do Sul, entre os anos de 1899 e 1902.

1915 a 1919 rumavam em direção às capitais dos estados do Nordeste, geralmente localizadas no litoral, em busca de auxílio e alívio para os males da sede e da fome.

Para Frederico de Castro Neves,⁵⁹ a seca, ao inviabilizar a agricultura e a organização econômica-familiar do sertanejo, impõe a este a busca por uma nova forma de sobrevivência. Conforme a severidade imposta pelo fenômeno climático, a migração sertaneja tornou-se um grave problema social com o qual os governantes e as elites deveriam enfrentar e buscar solução.

A reboque, a migração levava às capitais nordestinas a miséria, a pobreza, a fome e a falta de higiene, provocando uma desorganização econômica e social, um incômodo generalizado na população urbana diante da massa migratória que inchava a cidade. Gerou insegurança e o temor da proliferação de doenças e epidemias.

O medo do “caos” causado pela chegada dos retirantes famélicos às capitais do Nordeste teve início com o impacto causado a essas cidades durante a migração provenientes das secas na década de 1870.

Na seca de 1872, de acordo com o censo do mesmo ano, a população da cidade de Fortaleza passou de 21 mil a 130 mil habitantes, um aumento populacional significativo, com a chegada de retirantes, em sua maioria desnutrida em função do longo período de privação de alimentos e água, fragilizada fisicamente e mais suscetível a doenças oportunistas e as epidemias.

Na seca de 1877-79 não foi diferente. “Fortaleza chegou a ter mais de 140 mil retirantes espalhados ao redor da cidade, abarracados embaixo das árvores, pelas ruas da cidade”,⁶⁰ um caos urbano agravado pelas péssimas condições sanitárias e de saúde.

O governo, mal inspirado, recusou em fins de 1877 a enviar socorros para o interior. (...) O êxodo tornou-se geral. (...) afluíram milhares de pessoas. Em todos eles a população adventícia era tríplice, quádrupla, até decupla (sic) da estável e, como faltassem casas para acomodá-la, ficavam ao relento, debaixo das árvores ou amontoados em sítios estreitos. As consequências deste regime não tardaram; febres de mau caráter, varíola, prostituição, vadiagem e todos os seus consectários desenrolaram-se triste e dolorosamente.⁶¹

⁵⁹ Frederico de Castro Neves. *Curral dos bárbaros....*, *op cit.*

⁶⁰ Luciana Brito. A Fome: Retrato dos Horrores das Secas e Migrações Cearenses no Final do Século XIX. In: *Estação Literária*, Londrina, v. 10b, p. 111- 125, jan. 2013.

⁶¹ Tomás Pompeu Filho. *Ensaio estatístico do Ceará*. Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893, p.33.

Esta seca foi tão severa, que foram registradas aproximadamente 400 mortes por dia, 60 mil mortes na capital do Estado e aproximadamente 500 mil em toda Província, um 1/3 de seu contingente populacional. Todas as mortes foram consequência da varíola, da fome e da sede, segundo Rodolfo Teófilo.

E as crianças que morrem nos abarracamentos, como são conduzidas! Pela manhã os encarregados de sepultá-las vão recolhendo-as em um grande saco: e, ensacados os cadáveres, é atado aquele sudário de grossa estopa a um pau e conduzido para a sepultura.

Pelos registros da estiagem da década de 1870 podemos perceber o grande medo que permeava as sociedades locais e as elites urbanas caso uma nova estiagem assolasse o sertão nordestino. Foi esse temor que levou à criação do primeiro campo de concentração no Brasil, na cidade de Fortaleza, durante a seca de 1915.

O século XX encontra a cidade de Fortaleza já alterada urbanisticamente em relação ao século anterior, em razão, principalmente, da indústria algodoeira. As elites locais tinham na Europa o centro irradiador de ideias e valores, um ideal a ser seguido pela sociedade de então. Acompanhando o contexto internacional e nacional de mudanças e transformações urbanas, Fortaleza deu início ao seu processo de remodelamento urbanístico.

O embelezamento da cidade fez com que a capital do Ceará passasse a ser representada por segmentos da sociedade local como uma cidade moderna e civilizada. Espaços públicos foram ampliados, outros remodelados, alterando a dinâmica social, adequada e “identificada com o padrão exigido pela modernidade (...) o perfil dos habitantes da cidade deveria estar condizente com a nova postura: uma vida urbana estabelecida sob uma nova ordem”.⁶²

Enquanto Fortaleza passava por esse contexto de transformações urbanas e sociais, a seca atingiu o sertão nordestino em 1915, reavivando na memória coletiva da sociedade e da elite fortalezense os horrores, os temores vividos pela cidade durante a grande seca de 1877-79.

Em 1915, Fortaleza se viu invadida por uma turba de retirantes, mendigos, flagelados e maltrapilhos sujos que aterrorizou a sociedade e as autoridades. Aumentou a mendicância, a criminalidade e a prostituição, transformando a moderna, bela e limpa capital em uma

⁶² Raimundo Nonato N. de Oliveira. O processo de modernização de Fortaleza. Semana de História da FECLESC, v. 11, 2013, p.4.

cidade de bárbaros e incivilizados. Como afirmou Castro Neves, era o grotesco se contrapondo ao aformoseamento.⁶³

Em sua mensagem à Assembleia Legislativa do Ceará, em 01/07/1916, o então Presidente do Estado do Ceará, Coronel Benjamin Liberato Barroso,⁶⁴ “justificou” a criação do campo do Alagadiço para a alocação da população que fugia em desespero da seca:

Nesta Capital os flagelados foram agasalhados, a princípio, no Passeio Público, enquanto o número não excedeu a três mil, mas logo subiu de maneira tão rápida que foi preciso retirá-los e localiza-los em um vasto terreno no Alagadiço, cercado, bem arborizado, que tomou o nome de Campo de Concentração, em que foram feitas ligeiras instalações, inclusive de luz elétrica, que facilitava a fiscalização à noite. Isso deu lugar a que não fossem registrados atos de atentado ao pudor.⁶⁵

A notícia de que o Governo do Estado abrigava e socorria integralmente o sertanejo migrante estimulou a fuga em massa do semiárido em direção a capital. Nessa época, o Campo do Alagadiço chegou a abrigar, em caráter permanente, 8 mil retirantes, mantidos entre cercas de arame farpado, recebendo pouca comida e sob a vigilância de soldados, a espera do trem, ou navio, que os expatriariam para o Norte ou para o Sul do país sob os auspícios do governo do Estado. A cada grupo de retirantes embarcados, outros de igual número os substituíam, chegados à capital do Estado vindos do interior a pé ou pela via férrea.

Por mais “bem-intencionado” que tenha sido o governo do Ceará, a aglomeração, as péssimas condições de higiene no campo, a fome e a promiscuidade contribuíram para que várias doenças proliferassem e a morte ceifasse milhares de vidas, principalmente de crianças.

Ainda segundo o relato do Presidente do Estado, durante a agosto de 1915 e abril de 1916 computou-se aproximadamente 3.000 mortos entre os retirantes chegados à Capital, um número alarmante se comparado às mortes registradas na cidade fora do período da seca. Durante toda o período de estiagem foram contabilizadas 27.000 mortes entre os emigrados para a capital, causadas, em sua maioria, por inanição.

Não é fácil saber-se ao certo a população que desapareceu por causas extraordinárias, derivadas da falta de alimentos administrados em tempo oportuno. Nesta Capital, o obituário máximo anormal, que foi em dezembro, atingiu a 900 quando, normalmente, morriam 123 pessoas por

⁶³ Frederico de Castro Neves. **Currar dos bárbaros....**, *op cit.*, p.104.

⁶⁴ Governador do Estado do Ceará entre 1914 -1916. Durante seu governo ocorreu a seca 1915, uma das piores calamidades climáticas do século XX, no Ceará.

⁶⁵ Cel. Benjamin Liberato Barroso. Mensagem do Presidente do Estado do Ceará à Assembleia Legislativa. In: **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (CE) – 1891 a 1930**. Ano 1916. Edição 0001, p.7.

mês (...). O total de óbitos entre os retirantes foi de 2.727 (...). Tendo o Estado para mais de um milhão de habitantes, resulta a cifra de cerca de 300 mil flagelados. Ora, dada a porcentagem de 9% para a morte, resulta aproximadamente um prejuízo na população total, deduzida a normal, no mínimo de 27.000 pessoas.⁶⁶

A tragédia do campo de concentração do Alagadiço, o cheiro da morte, a doença e o desamparo dos “indesejáveis” e excluídos retirantes foi imortalizado no romance “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, que recebeu esse título, justamente em referência ano de 1915, assolado pela seca.

Nascida na cidade de Fortaleza, em 1910, Raquel cresceu ouvindo os relatos e as memórias de quem viveu a grande seca. Sua descrição da situação de vida no Campo do Alagadiço nos dá a dimensão da marca que ele deixou na memória das pessoas da cidade:

...andaram a pé por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia.⁶⁷

A conversa principiou a incomodar Conceição; o mau cheiro do campo parecia mais intenso; quando transpôs o portão do Campo, e se encostou a um poste, respirou mais aliviada. Mas, mesmo de fora, o mau cheiro se sentia!⁶⁸

Na visão do historiador Castro Neves, os Campos de Concentração no Ceará, em 1915, constituíram-se em uma prática de isolamento, tal como utilizada no século XVII, na reorganização de espaços urbanos por meio da disciplinarização.⁶⁹

Esta prática foi chamada por Foucault de "poder disciplinar", e por ele entendida como um tipo de poder que isola todas as categorias sociais consideradas desviantes, inadequadas e improdutivas, em ambientes fechados e vigiados, arquitetonicamente pensados para esse fim: “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.”⁷⁰

Assim, o campo do Alagadiço, representou a única alternativa viável para se evitar o terror e o pânico coletivo. Ao isolar a massa de retirantes, sob relativa vigilância e controle, administrando a mão de obra ociosa de acordo com a demanda das autoridades locais, gerindo a ajuda pública e privada, “expatriando” os indesejáveis para outros estados a partir

⁶⁶ Cel. B. Liberato. **Relatórios dos Presidentes...**, *op cit*, p.7.

⁶⁷ Rachel de Queiroz. **O Quinze**. 95ª Edição – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p.92.

⁶⁸ *Idem*, p.63.

⁶⁹ Frederico de Castro Neves. **Curral dos bárbaros...**, *op cit*. p. 101.

⁷⁰ Michel Foucault. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Editora Vozes; ed. 1ª, 2015, p.195.

do campo, a sociedade era poupada do contato direto com a miséria, as elites se tranquilizavam e a cidade prosseguia tranquila em seu fluxo de modernização.

Em decorrência da severidade da seca de 1915, tão intensa como a de 1872 e demandando mais e mais ações emergenciais, chegou-se à criação de mais 7 (sete) campos de concentração espalhados por todo o estado do Ceará, “criando um escudo em torno da capital em pleno processo de remodelação e aformoseamento”.⁷¹

Dois desses campos foram localizados na cidade de Fortaleza, e ganharam os nomes de **Octávio Bomfim** e **Pirambu**, este conhecido também como **Campo do Urubú**. Os outros cinco se localizaram nos municípios de **Crato**, **Senador Pompeu**, **Quixeramobim**, **Cariús** e **Ipu**, localizados as margens das estradas de ferro Baturité e Sobral, que ligavam o sertão à capital litorânea.

Estruturalmente apresentavam pouca distinção entre si. Eram cercados com muros ou arames e sua população mantida em constante vigilância dia e noite, realizada por homens da região, por soldados, no caso dos campos localizados em Fortaleza, ou mesmo por outros flagelados, aderidos aos programas de controle e “premiados” com a função. A exceção do campo de Senador Pompeu, único que contou com estrutura de alvenaria, os demais foram construídos em terrenos vazios.⁷²

A criação dos campos evidencia o uso do poder disciplinar aplicado pelo Estado, o poder de traçar regras que organizassem as massas retirantes, que determinavam o ir e vir, impunham normas de higiene, de comportamento, enfim, intervinham no cotidiano e nos corpos dos concentrados. Uma prática entendida por Castro Neves como exemplo do exercício de uso do biopoder, pelo Estado.⁷³

Afinal, as estruturas internas dos campos de concentração implicavam na alteração de hábitos, costumes e rotinas tais como: o alinhamento dos barracos (dentro dos campos), que se contrapunha às construções tradicionais baseadas no trabalho familiar e autônomo; à utilização dos banheiros coletivos, obedecendo a separação por sexo, obrigando à utilização e manuseio de novas tecnologias; à regulamentação dos horários de utilização da água, tanto da de beber, como a de higienizar-se e a de lavar a roupa; à padronização da comida e de sua distribuição, às filas de espera nos refeitórios, à transformação, por alteração de rotinas conhecidas, em uma massa de corpos dóceis e produtivos.

⁷¹ Frederico de Castro Neves. **Curral dos bárbaros...**, *op cit.* p.111.

⁷² *Idem*, p.93.

⁷³ Rever nota 57, deste trabalho.

Mas, além de toda essa organização que pode ser percebida de forma simplificada, uma vez que são necessárias no gerenciamento de multidões, Castro Neves vê nelas ações bem mais insidiosas e profundas.⁷⁴

Seguindo essa sugestão, a de analisar mais profundamente o impacto "profundo" dessas ações de organização da multidão dentro dos campos, observamos que, os campos cearenses eram, antes de tudo, um espaço de confinamento obrigatório. Os concentrados não tinham a opção de irem ou não para lá. Tinham sua liberdade tolhida de ir e vir, tal e qual nos campos alemães.

As saídas só aconteciam para trabalhar. Os retirantes eram transportados em caminhões e sob a vigilância de uma escolta armada. As desordens, rebeliões, negação ao adestramento e atos de desobediência eram punidas de forma exemplar, em lugar apropriado, sempre dentro do campo. As punições tinham o caráter pedagógico de manter a ordem e a disciplina.

A existência de um lugar para o castigo era mais uma estratégia no disciplinamento dos flagelados dentro das Concentrações. Mesmo que não fossem utilizados com frequência, somente pelo fato de existirem, esses lugares conseguiam fortalecer o controle dos flagelados através de uma intensificação da “pedagogia do medo”. Constituíam-se como uma espécie de autoridade inanimada.⁷⁵

Durante o confinamento, os campos foram batizados pelos flagelados como "Curral do Governo", uma relação direta com a realidade rural do sertanejo que entendia que o gado, para não fugir, precisava ser encurralado. Kênia Rios, discute o porquê dessa denominação dada próprios pelos concentrados: “o curral é uma prisão. Mais que isso: é uma prisão de animais. O Campo não era, portanto, um lugar para gente. Era uma prisão que tratava os seres humanos como animais”.⁷⁶

Os concentrados vestiam-se com sacas de farinha, tinham suas cabeças raspadas, viviam submetidos a condições de higiene e limpeza extremamente precárias. Morriam aos montes, de fome, sede e doenças. Quando morriam, eram enterrados em cemitério construído no próprio campo, para abrigar os corpos desses flagelados.⁷⁷

⁷⁴ Frederico de Castro Neves. **Curral dos bárbaros...**, *op cit.*, p.116.

⁷⁵ Kênia Sousa Rios. O Curral dos Flagelados: os Campos de Concentração do Ceará na seca de 1932. In: **Revista Canudos**, V.3, Nr. 1, junho de 1999, p.39.

⁷⁶ *Idem*, p.40.

⁷⁷ Valdecy Alves, em entrevista a Mariana Rossi: Quando a seca criou os “campos de concentração” no interior do Ceará. In: **El País**, ed. 04/07/2019.

Ao serem lançados em valas coletivas perdiam sua humanidade, a dignidade do direito à identificação, simplesmente "desapareciam". Como disse o governador do Ceará, "não é fácil saber-se ao certo a população que **desapareceu** [grigo nosso] por causas extraordinárias, derivadas da falta de alimentos administrados em tempo oportuno".⁷⁸

Em nossa interpretação, concluímos que os campos de concentração criados no Nordeste Brasileiro podem sim ser reconhecidos como "campos de concentração". Porque neles as pessoas eram confinadas obrigatoriamente, dali não podiam fugir para procurar comida ou escapar do contágio das epidemias, porque viviam vigiadas sob a mira de armas, e recebiam castigos em caso rebelarem-se contra o controle social imposto.

Mesmo que os campos nordestinos tenham sido criados como providência ao fenômeno da seca, com sentido diverso à de criação dos campos alemães, que era a segregação dos judeus como ação sistemática de extermínio, os brasileiros segregados nos campos nordestinos o foram por serem considerados inadequados, indesejáveis, e lá passaram por infinitas privações, doenças e morte.

Além disso, segundo o historiador Aírton Farias, os campos cearenses foram apoiados pela sociedade e pela imprensa da época, que teceram comentários elogiosos à iniciativa governamental para preservar "a ordem estabelecida que corre riscos ante a fome e o desespero das pessoas".⁷⁹

Tais privações e sofrimentos podem ser comparadas às sofridas em campos de concentração de outros países e de outras épocas, tal a violência, a brutalidade, e a desumanidade a que cidadãos brasileiros foram submetidos. Isto, sem nem terem cometidos crimes, a não ser o de pertencer aos estratos sociais desclassificados da sociedade brasileira, historicamente segregados como segmentos inferiores pela autoritária cultura política brasileira, que permeia e fundamenta a profunda desigualdade social existente entre seus cidadãos.

⁷⁸ Rever nota 68.

⁷⁹ Aírton Farias, em entrevista a Jaqueline Nóbrega. Campos de Concentração no Ceará: In: **Diário do Nordeste**, ed. 29.05.2017.

Capítulo 3: As políticas públicas implementadas pelo Governo Provisório para enfrentamento da seca de 1932

Na década de 1920, a República Brasileira, marcada pelo domínio das oligarquias, recebia duras críticas em consequência das fraudes eleitorais, da Política dos Governadores e do endividamento externo. Chegou-se a defender a "refundação" da República.

Com as eleições presidenciais marcadas para 1º de março de 1930, formou-se em agosto de 1929, a Aliança Liberal– uma coligação oposicionista de âmbito nacional, que lançava Getúlio Vargas como candidato às eleições de 1930. Apesar da formação heterogênea da chapa, comungavam-se temas como justiça social e liberdade política. Dentre os pontos defendidos pela coligação estavam as reformas sociais, o desmantelamento do poder oligárquico e a diminuição das disparidades regionais.

A derrota desta chapa oposicionista nas eleições de março não foi digerida por alguns aliancistas que decidiram por uma insurreição e, em outubro de 1930, Getúlio chegou ao poder com o apoio de civis e militares, assumindo a chefia do Governo Provisório. A insurreição ou golpe, que foi chamada de Revolução, foi enaltecida desde o princípio como movimento de força que mudaria o país, como podemos observar no discurso de posse de Getúlio Vargas, em 1930:

O movimento revolucionário, iniciado vitoriosamente a 3 de outubro, no sul, centro e norte do país, e triunfante a 24, nesta capital, foi a afirmação mais positiva, que até hoje tivemos, da nossa existência, como nacionalidade...

Em toda nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas...

Assumo, provisoriamente, o governo da República, como delegado da revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes á nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria....

Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade e de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: — a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta á colaboração de todos os seus filhos.⁸⁰

⁸⁰BRASIL. Discurso Pronunciado por Dr. Getúlio Vargas por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República – 3 de novembro de 1930, p.15 a 21.

A reorientação que se impôs de imediato foi no sentido da centralização política. Por meio das interventorias, o Governo Provisório tomou medidas que cercearam o poder dos estados e suas autonomias, com o objetivo de diminuir o poder das oligarquias, tais como o impedimento de contrair empréstimos externos sem autorização do Governo. Promulgou decretos e leis que protegiam e beneficiavam o trabalhador. No âmbito econômico interviu no controle da política do café, até então centralizada nas mãos do governo de São Paulo, desagradando os setores oligárquicos.

Para Jorge Ferreira,⁸¹ o grupo político que assumiu o poder com a Revolução de 1930 inseriu o Brasil na modernidade e inventou o moderno Estado brasileiro. O Estado foi reorganizado e ampliado e o setor público fortalecido. O trabalho e o trabalhador passaram a ser valorizados por meio da elaboração de políticas públicas voltadas para o segmento. Um sistema de educação universal e pública foi implementado e o ideal de “justiça social” começou a tornar-se uma referência na interlocução entre Estado e a classe trabalhadora.

O grupo político que ascendera com a Revolução de 30 tomara o poder em nome de um Estado mais forte, centralizador, intervencionista, que alcançasse o desenvolvimento econômico. Entretanto, em pouco tempo, a heterogeneidade de ideias entre os grupos que compunham a Aliança Liberal resultou em conflito.

Os estados do Norte e Nordeste, que vinham de uma experiência desfavorável a seus interesses ao longo da República, identificaram nas mudanças políticas promovidas pela Revolução de 30 e que reduziram a força dos estados poderosos do Centro-sul, uma oportunidade de participar do jogo político.

Ainda segundo Dulce Pandolfi,⁸² os estados do Norte e Nordeste se viram compelidos a atuar de forma conjunta, o que marcaria a história da região. Porém, no que se refere às relações dos estados do Nordeste com o Governo Central, Pandolfi destaca a “intermediação destas pelos “tenentes”, que encabeçaram uma ação no sentido de enfraquecer o predomínio oligárquico naquela região.

O Governo Revolucionário assumiu um país com uma economia profundamente afetada pela crise de 1929. Nas palavras de Getúlio, “o Brasil aproximava-se de inevitável colapso, assoberbado pela derrocada financeira, pela crise econômica e pela desordem

⁸¹ Jorge Ferreira. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**— São Paulo: Editora Unesp, 2012.

⁸² Dulce Chaves Pandolfi. Os anos 1930: as incertezas do regime – In: **Brasil Republicano, vol2**. Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs). Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2003.

administrativa”.⁸³ A baixa demanda pelo café, a queda do preço deste no mercado internacional, aliado à superprodução do mesmo, impactou severamente a economia cafeeira, promoveu a ruína de fazendeiros e o desemprego nas grandes cidades.

Ao falar à Nação em 1932, Getúlio informava ter recebido um país financeiramente desorganizado e deprimido economicamente; pessimamente administrado; politicamente oligárquico; orçamentariamente deficitário; tributariamente inviável; sem crédito para a agricultura e deficiente na área de transporte.

A ocasião é oportuna para me referir à desorganização financeira e à depressão econômica da maioria dos Estados da Federação ao implantar-se o novo regime. Não exagero resumindo-as no seguinte quadro: administração péssima; política, com raras exceções, oligárquica, estritamente partidária, sem visar o interesse coletivo; desbarato dos dinheiros públicos e orçamento deficitários; a produção nacional estiolada pelas excessivas tributações e vítima ainda dos impostos interestaduais; deficiência de transportes e ausência de crédito agrícola.⁸⁴

O novo governo se esforçou bastante para sanear financeiramente “quase” todos os estados, cortar despesas improdutivas e aplicar as rendas em obras públicas, promover a desvalorização cambial, expandir a oferta monetária, reter e queimar estoques de café para sustentar o nível de renda nominal, deslocar o “centro dinâmico” da economia para a indústria e para o mercado interno.

Contudo, o governo enfrentou no caminho da reestruturação econômica do país problemas cuja gravidade exigiram pesados gastos governamentais que ampliaram, de forma significativa, o déficit já existente. Um desses problemas foi a Revolução de 1932. O outro, a severa estiagem de 1932 ocorrida no Nordeste do país.

3.1 – A assunção de enfrentamento do problema da seca pelo Governo Federal e a estiagem de 1930 a 1932

Mesmo assumindo o governo em situação tão desfavorável, Getúlio Vargas reconheceu publicamente que a seca era um grande drama social e que o novo regime enfrentaria o problema com seriedade e sem as negligências dos governos anteriores. Ao pronunciar-se em 04/03/1932 em Petrópolis (RJ), referiu-se à contundência e a tragédia

⁸³ Getúlio Vargas: A Revolução e o Regime legal. In: *A Nova Política do Brasil II: O ano de 1932, A Revolução e o Norte 1933*. Ed. José Olympio, p.36.

⁸⁴ *Idem*, p.41

provocada pelas grandes estiagens que exigiram o emprego de medidas excepcionais de socorro:

Prolongada estiagem há três anos flagela o Nordeste, exigindo o emprego de medidas excepcionais para socorrer aquela valerosas populações, genuinamente brasileiras. O Governo não tem poupado esforços para ampará-las (...).⁸⁵

Ao mesmo tempo Vargas enfatizou que as soluções para o “problema da seca” já vinham sendo procrastinadas há muito tempo:

Cumprir acabar de vez com a providência muçulmana de aguardar a catástrofe para acudir-lhe aos efeitos, distribuindo esmolas. (...) A solução de problemas dessa natureza não é impossível nem constitui novidade. (...) Na impossibilidade da execução imediata de um plano completo impunha-se-nos rever os existentes, (...) corrigindo-os de acordo com a experiência. Coerente com este critério, o Governo Provisório mesmo assoberbado de dificuldades financeiras, vem procurando manter em atividade os serviços contra as secas (...).⁸⁶

Analisando o discurso acima, observamos que Vargas significava as ações de enfrentamento das secas tomadas pelos governos anteriores de "esmolas", e que as ações adequadas, já eram conhecidas por todos (*A solução de problemas dessa natureza nem constitui novidade*) e que não eram impossíveis de serem viabilizadas, apesar das limitações que enfrentava o novo Governo. O presidente então assumia o compromisso de gerenciar a questão de modo diferente, o que não implicava exatamente em adotar medidas inovadoras, mas na vontade política de realmente adotá-las e em tempo adequado e não depois de manifestada a "catástrofe".

Assim que tomou posse como chefe do Governo Provisório, em novembro de 1930, ainda no mesmo mês deu posse ao paraibano José Américo de Almeida na pasta do Ministério de Viação e Obras Públicas.⁸⁷

Mesmo que tenha oferecido a pasta ao cearense Juarez Távora (que a recusou) antes de José Américo, a escolha de um nordestino para ocupá-la indica uma deferência de Vargas aos problemas do Nordeste, região do país atrasada em relação ao Centro Sul e, mais particularmente, no enfrentamento da seca, grande problema da região:

⁸⁵ Getúlio Vargas: A Revolução e o Regime Legal..., *op cit*, p.38.

⁸⁶ Getúlio Vargas: A Paraíba na Revolução e as obras contra as secas. In: **A Nova Política do Brasil II: O ano de 1932, A Revolução e o Norte 1933**. Ed. José Olympio, p.153

⁸⁷ Conforme Sílvia Pantoja em verbete "Almeida, José Américo", **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**.

Este desejo primordial do Nordeste foi um dos fatores que, prevalecendo sobre qualquer outro me induziram a confiar a pasta da Viação (...), ao Dr. José Américo de Almeida, inteligência lúcida, caráter sem jaça, perfeitamente familiarizado com as necessidades ambientes (...) integral dedicação à tarefa ingente de prevenir e suavizar os males do flagelo que vitima o Nordeste.⁸⁸

José Américo parecia talhado para o cargo. Filho de dono de engenho, advogado, já tinha ocupado vários cargos públicos e políticos no seu estado. Na gestão do presidente estadual da Paraíba, Sólton de Lucena (1920-1924), preparou um relatório sobre as dificuldades por que passava o estado em decorrência das secas. Este trabalho serviu de subsídio para a obra **A Paraíba e seus problemas**, que publicou em 1923.⁸⁹

Quando eleito presidente do estado da Paraíba, em 1928, João Pessoa o convidou para assumir a Secretaria Geral do Estado, que Américo desmembrou com a criação da Secretaria do Interior, da qual foi o primeiro titular.

No mesmo governo, assumiu a Secretaria de Segurança, cargo no qual atuava durante seu envolvimento no movimento revolucionário de 30. Vitorioso o movimento, na qualidade de chefe militar da revolução no Norte, Juarez Távora atribuiu a José Américo o cargo de governador-geral do Norte. Investido nesse cargo, José Américo viajou pelo Norte e Nordeste, em companhia de Juarez Távora, empossando os governos provisórios de Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Pará.

Podemos concluir assim o nível de envolvimento de José Américo com a "Revolução", com o programa revolucionário e com a cúpula do novo governo.⁹⁰ Parece de fato que este decidira atacar o problema da disparidade regional do país, a dar atenção a regiões antes negligenciadas e, considerando-se o peso do problema "seca" para o Nordeste, a dar atenção a este problema.

Assumindo o Ministério em 1930, José Américo encontrou o órgão em situação financeira crítica, "uma pasta falida",⁹¹ em suas palavras. A situação o levou a ordenar uma

⁸⁸ VARGAS, Getúlio. *A Paraíba na Revolução...*, *op cit*, p.150

⁸⁹ José Américo de Almeida. **A Paraíba e seus problemas** – Brasília: Senado Federal, 2012.

⁹⁰ Diante da precariedade do programa da Aliança Liberal e da necessidade de definição dos rumos do Governo Provisório, um grupo de civis e militares identificados como "verdadeiros revolucionários" passou, a partir de novembro de 1930, a reunir-se às noites no palácio Guanabara para discutir aquelas questões. Os encontros desse grupo, denominado pela imprensa Gabinete Negro, eram presididos por Vargas e deles participavam o Ministro da Guerra, José Fernandes Leite de Castro, o Ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, além de Ari Parreiras, **José Américo**, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista e João Alberto Lins de Barros, que, embora interventor em São Paulo, se deslocava com frequência ao Rio de Janeiro". Conforme Sílvia Pantoja em verbete "Almeida, José Américo", **Dicionário Histórico-Biográfico**, *op cit*.

⁹¹ José Américo de Almeida. **As secas do Nordeste** – Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10/11/1953, Serviço de Documentação/Ministério da Viação e Obras Públicas, p.3.

série de medidas saneadoras, consideradas por muitos como radicais, tais como a compressão de despesas supérfluas ou criminosas, e demissões em massa, o que gerou oposições, tensões, resistências e conflitos de interesses.

Ao mesmo tempo, a questão da estiagem já se prenunciava ao final de 1930. Em princípio de 1931, a questão da seca já povoava as páginas dos periódicos, semeando o medo de uma nova catástrofe climática como podemos ler no artigo **A Secca no Nordeste**", constante no "Diário do Brasil", edição de 02 de janeiro de 1931:

O Estado da Parayba assim como todo o Nordeste está sob a ameaça de uma verdadeira calamidade. (...) Se o inverno tão desejado não vier, ninguém pode prever as consequências, podendo-se em todo caso, afirmar desde já, que a vasta zona nordestina passará por terríveis provações.⁹²

Durante aquele ano, as publicações sobre a seca se avolumaram e em dezembro de 1931 já eram constantes a referência ao acúmulo de retirantes em diversos pontos da região, como lemos no "Diário de Pernambuco":

Agrava-se a situação dos flagelados do Nordeste. (...) Icó e Jaguaribe ainda estão repletos de retirantes em busca de serviço, apresentando um panorama desolador de total miséria.⁹³

O ministro José Américo de Almeida vem recebendo copiosos telegramas de apelo em favor dos retirantes do nordeste, devido à recrudescência da seca. (...) ainda agora, o ministério da Viação enviou o resto da verba orçamentária ao Ceará, Rio Grande do Norte e Parayba.⁹⁴

Em 11 de fevereiro de 1931, o Governo Federal publicou o Decreto de Nº 19.687, que dispunha sobre a localização e amparo das vítimas das secas do Nordeste, projetando providências por meio da concepção dos “Centros Agrícolas de trabalhadores nacionais”, definidos como postos de socorro, para onde seriam convergidos os habitantes acossados pela seca. A ideia dos Centros Agrícolas refletia a preocupação pontual com o êxodo dos retirantes:

Desejando evitar a repetição dos êxodos anteriores, numa tentativa de fixar a população no próprio Estado (...) o governo previu, conforme a legislação vigente, a formação de centros agrícolas de trabalhadores.⁹⁵

⁹² JORNAL DO BRASIL – **A Secca no Nordeste**. Ed. 002, de 02/01/1931.

⁹³ DIÁRIO DE PERNAMBUCO – **Agrava-se a situação dos flagelados no Nordeste**. Ed.270, de 04/12/1931.

⁹⁴ *Idem*

⁹⁵ *Idem*

O fluxo e principalmente a grande concentração de pessoas miseráveis e famintas era um dos grandes problemas provenientes das estiagens, tal como percebiam as autoridades estaduais, como veremos adiante. Assim, os centros seriam uma forma de, mesmo que não se pudesse resolver de imediato condições de permanência dos sertanejos nos seus locais de origem, tentava-se pelo menos fixá-los em algum lugar dentro do mesmo estado de origem.

Os “Centros Agrícolas” projetados no decreto 19.687, de 11/02/1931 foram constituídos com o objetivo explícito de localizar e amparar as vítimas das secas no Nordeste, como indicado na expressão da lei: “para esses centros rurais convergirão os habitantes acossados pela seca.”⁹⁶ Justificava-se o Governo alegando que a exploração inteligente desses “centros” pelos trabalhadores, favoreceriam a comunidade e a região onde estariam localizados, compensando o investimento realizado pelo dinheiro público.⁹⁷

Na verdade, este decreto, o de 19.687, de 11/02/1931, baseou-se em decreto anterior, o de nº 9.214, de 15/12/1911,⁹⁸ mas tinha amplitude bem menor que este. O decreto de 1911 regulamentava a instalação de trabalhadores nacionais, “em boas terras de cultura, apropriadas à lavoura, com mananciais ou cursos de água potável, próximas de mercados consumidores e servidas de meios fáceis de comunicação”, conforme o Art. 23 do mesmo. A colônia seria constituída de lotes, cujo trabalhador receberia o título de propriedade após sete anos de instalação na terra. Além de “localizar” trabalhadores nacionais, o decreto de 1911 afirmava objetivar regulamentar o serviço de proteção aos índios, criar povoados e fixar o homem em sua região.

Os Centros Agrícolas se formariam a partir de terrenos doados à União pelos Estados. Ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio caberia a organização e direção dos “centros”, a subdivisão das terras, a construção de habitações rurais e a assistência médica. Ao Ministério da Viação, via IFOCS, caberia proporcionar transporte e trabalho aos retirantes.

Para essa ação os recursos mobilizados foram de 1.500:000\$0 (mil e quinhentos contos de réis), oriundos dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio, Viação e Obras

⁹⁶ BRASIL. Decreto n. 19.687, de 11 de fevereiro de 1931. **Dispõe sobre a localização e amparo das vítimas das secas do Nordeste.** Rio de Janeiro, 15/02/1931.

⁹⁷ *Idem.*

⁹⁸ BRASIL. Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911. **Dá novo regulamento ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.**

Públicas e da Agricultura, consignadas anteriormente às pastas, não se tratando de novo recurso, como explicou José Américo de Almeida:

Para acudir essa situação desesperadora não me foi facultado nenhum novo recurso, ao contrário: o orçamento da Viação sofreu redução sobre o de 1930. (...). Só me cumpria, destarte, moralizar a administração e regularizar os serviços.⁹⁹

Apenas 9 dias após o decreto 19.687, o que trata dos Centro Agrícolas, um segundo decreto foi publicado, o de número 19.726, de 20/02/1931,¹⁰⁰ que aprovava um novo regulamento e que reestruturava a Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), definindo as principais atividades e serviços relacionados ao combate às secas sob a jurisdição da Inspetoria. Com este decreto, o IFOCS passou a ter mais força, mais autonomia e teve suas funções bastante ampliadas.

A cargo do IFOCS passaram a ficar: a construção de novos açudes e a retomada dos já iniciados; a perfuração de poços; o plano geral de obras e sua execução; a participação do ministério da Viação, em regime de cooperação, em obras públicas ou particulares; prestação de serviços aos flagelados da seca, o direcionamento e aplicação dos recursos orçamentários, bem como a solicitação de novos créditos destinados as obras contra as secas, tanto no âmbito Estadual como Municipal.

Portanto, este novo decreto ampliou as ações da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, reorganizou sua estrutura, criando dois Distritos, um Subdistrito e Comissões Técnicas - quantas fossem necessárias à execução dos serviços de combate a seca. A presença de repartições federais nos estados evitou que as verbas destinadas às obras e socorro ficassem submetidas aos caprichos da elite política local, prática comum em contextos políticos anteriores, conforme pontuou José Américo de Almeida: “Urgia uma estrutura, em caráter de campanha, capaz de acudir a toda a área desprotegida tanto mais quanto (...), clamavam todos por soluções locais, o que se impunha para não criar outros problemas”.¹⁰¹

Além da criação de repartições federais para ações contra a seca nos estados do nordeste, outro aspecto relevante que indica o sentido centralizador do governo federal e sua

⁹⁹ José Américo de Almeida. – **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação** – 2ª Ed. Fundação Casa de José Américo – Coleção Mossoroense – Volume CLXXVII- 1982, p.5

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931. **Aprova o regulamento da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas**. Rio de Janeiro, 20/02/1931.

¹⁰¹ José Américo de Almeida. **As secas do Nordeste...** *op cit*, p.5.

atitude de assumir o gerenciamento da questão foi a de estabelecer que qualquer decisão a ser tomada relativamente às obras e nomeações para cargos técnicos e administrativos deveriam ter a autorização do titular da pasta da Viação. Como fica claro no Art. 50, Sessão V, "Disposições Diversas", do mesmo decreto 19.726, "não será admitido para os serviços de escritório nenhum empregado, mensalista, diarista ou contratado, sem prévia autorização do ministro" ou seja, ampliação do poder e centralização das decisões nas mãos ministeriais.

Segundo o biólogo Diego Lindoso,¹⁰² as transformações institucionais promovidas pelo Estado Novo, combinadas a políticas públicas inovadoras, em especial nos campos social e cultural, reverberaram no modelo de intervenção do Estado em situação de estiagem. Ao invés da ação difusa e liderada pelas elites locais, o Governo Vargas centralizou as ações em agências e órgãos federais, diferentemente do que ocorreu nos períodos pré-Revolucionário,

O problema das secas mereceu providências especiais, e o plano organizado vem sendo posto em execução metodicamente (...) exigindo o emprego de medidas excepcionais para socorrer aquelas valorosas populações, genuinamente brasileiras. O Governo não tem poupado esforços para ampará-las.¹⁰³

Porém, ao lado das ações que aparentemente eram estruturais, tratava-se predominantemente de ações emergenciais. Observemos que mesmo que o decreto 19.687, de 11/02/1931 dispusesse sobre os "Centros Agrícolas de trabalhadores nacionais", tratava-se mesmo de um espaço de atendimento aos retirantes "acossados" pela seca.

Também o decreto publicado no nono dia posterior, o de nº 19.726, que tratava da reestruturação do IFOCS, explicitava em seu Art. 5º as "Medidas de Emergência" que deveriam ser adotadas em caso de seca prolongada, abrindo a possibilidade de realização de trabalhos não previstos no plano e que tivessem como fim o socorro imediato às populações atingidas pelos efeitos das secas.

O Art. 6º deste decreto utilizou inclusive o termo "hospedaria" para designar os espaços de atendimento aos retirantes: "prevendo a criação de hospedarias em zonas não

¹⁰²Diego Pereira Lindoso. **Vulnerabilidade e Adaptação da Vida às Secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos.** (Tese em Ciências Biológicas) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2013, p. 519.

¹⁰³ Getúlio Vargas. Manifesto à Nação, Teatro Municipal, 3/10/31 In: **Discursos, Mensagens e Manifestos – Primeira Parte (1930-1934).** Imprensa Nacional, 1935, p.242.

atingidas pelas secas para abrigar os retirantes que desta seriam encaminhados às colônias de trabalhadores".¹⁰⁴

A demanda por assistência era tão grande a uma população tão numerosa que as providências emergenciais demandavam a maioria dos recursos. Em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, José Américo manifestou-se com pesar a situação aflitiva em que se encontravam o sertão e o sertanejo:

A crise tem extensão jamais registrada na história das secas, abrangendo todo o Nordeste (...) em algumas partes do Ceará apresenta todo o seu vigor (...) com o esgotamento profundo e generalizado de todas as reservas de trabalho. Pode-se dizer, sem exagero, que é *um povo inteiro morrendo de fome e fragilizado pelas doenças*.¹⁰⁵

Diante da gravidade da situação, em particular no estado do Ceará, o Ministro da Viação realizou viagem de 12 dias pelo sertão nordestino para dimensionar a situação da região durante a estiagem, o que foi publicado no jornal do Rio de Janeiro, "*Correio da Manhã*", edição de 26/04/1932:

O ministro da Viação reconheceu a necessidade impreterível de medidas mais eficazes e urgentes (...) e foi, pessoalmente, ao nordeste, a fim de dirigir e orientar o plano técnico, traçado para debelação imediata do mal...

O Sr. José Américo percorreu já as regiões flageladas nos seus pontos principais, descendo dos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte, até aos da Paraíba e Pernambuco.¹⁰⁶

O Ministro expressou preocupação com a gravidade do ajuntamento humano em Fortaleza e a possibilidade de surtos epidêmicos em razão do deslocamento maciço da população rumo ao litoral:

Tendo encontrado (...) uma concentração de cerca de 4.000 flagelados, ocorreu-me a percepção da gravidade desse ajuntamento humano, já sem resistência contra os possíveis surtos epidêmicos.¹⁰⁷

Observamos assim que o fortalecimento conseguido para o IFOCS acabou sendo utilizado principalmente para o atendimento emergencial, ou para a montagem de frentes de serviços ou pelo estabelecimento de áreas de atendimento aos flagelados, que acabaram por

¹⁰⁴ BRASIL. Decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, já citado.

¹⁰⁵ *Jornal Correio da Manhã. O Ministro da Viação em visita às regiões das seccas*. Ed. 11463, de 26/04/1932.

¹⁰⁶ *Idem*

¹⁰⁷ *Idem*

se constituir em "campos de concentração", tal como se caracterizara os da Primeira República.

A inevitabilidade da formação dos campos de concentração foi lamentada pelo Ministro de Viação na prestação de contas da atuação de seu Ministério no período da estiagem.

Segundo ele, a intenção primeira do Governo era a de fazer dos campos, principalmente os de Fortaleza, apenas um caminho de passagem para a população migrante, “os sem trabalho das secas”, que se manteriam ali “abrigada” pelo tempo necessário até que pudessem ser aproveitados em trabalho de utilidade permanente. Infelizmente, as intenções não corresponderam aos fatos. Segundo José Américo,

Não foi, entretanto, possível evitar os campos de concentração, que chegaram a conter, num só dia, no Ceará, 105 mil pessoas. Era pensamento do Governo só manter esses campos improdutivos, enquanto os trabalhos de utilidade permanente não tivessem o desenvolvimento necessário para concentrar toda a massa faminta; mas, a medida que eles se esvaziavam, com esse aproveitamento, afluíam novas levadas, mais numerosas, de gente inválida – a multidão de cegos, aleijados, órfãos e macróbios que não podiam mais recorrer à caridade pública esgotadas.¹⁰⁸

O ministro justificou a criação dos campos de concentração pela impossibilidade de outro tipo de solução que desse conta da demanda de assistência. Porém, para a historiadora Kênia Rios, a construção dos setes campos em Fortaleza, foi resultado da pressão que o Ministro da Viação e o Interventor do Estado vinham sofrendo por parte da elite fortalezense, assustada e temerosa diante da invasão de famintos.

Avaliando a repercussão nos jornais podemos concluir que era de fato grande a pressão sobre o governo federal para a contenção definitiva da multidão faminta e doente. Denunciavam-se assaltos que vinham acontecendo ao comércio local pelos flagelados que buscavam matar a fome. Enumeravam-se as levadas de retirantes que vinham chegando à capital a pé, pelas estradas empoeiradas, ou aglomerados nos trens:

Ao Chefe do Governo Provisório:

A Associação Comercial de Natal, legítima representante das classes conservadoras, diante do quadro tétrico que se desenrola no Estado, em face das secas dos últimos anos (...) o que tem motivado o êxodo das populações sertanejas e assaltos de propriedades particulares vê-se na contingência (...) no sentido de com a urgência que o caso requer, remover pelo menos, no tocante à segurança

¹⁰⁸ José Américo de Almeida. – **O Ciclo Revolucionário do...**, *op cit*, p. 162-163.

dos proprietades os perigos dos que não encontram trabalho na cidade ou nos campos (...) um meio único de tranquilizar as famílias no sertão.¹⁰⁹

O Sr. José Américo recebeu telegrama da Associação Comercial de João Pessoa apelando no sentido de remessa de urgentes socorros a milhares de flagelados pelas secas, descrevendo a situação angustiosa dos sertões. O Jornal do Comercio recebeu um telegrama de Natal assinado pelo Sr. Augusto Bacurau pedindo implorar junto aos poderes, urgentíssimos socorros (...) ao povo do Rio Grande do Norte.¹¹⁰

Em virtude da falta de chuvas na zona, reina desespero na população. Tem chegado a esta cidade, oriundas dos municípios limítrofes, sucessivas levadas de flagelados procurando trabalho, havendo até ameaças de assalto aos transeuntes.¹¹¹

Os flagelados estão assaltando os trens. Em Praiano, atacaram um comboio, armados de cacetes e ferramentas. Os famintos tomaram um trem de passageiros em Senador Pompeu. Os famintos já desesperados estão lançando mão de todo tipo de ato como meio de solução para a fome que os devora. (...) cenas impressionantes como estas, resultantes da grande crise de chuvas em 1932, nos são contadas diariamente...¹¹²

A edição de 30/06/1932 do jornal "O Povo" trazia dados oficiais relativos ao número de flagelados confinados em cada campo de concentração do Ceará até o mês de junho: **6.507** em Ipú, **4.542** em Quixeramobim, **16.221** em Senador Pompeu, **28.648** em Cariús e **16.200** em Burití, totalizando o número de **73.918** homens, mulheres e crianças fugidos do sertão cearense, em pouco mais de 6 meses de estiagem.

Diante da inevitabilidade dos campos, disse o Ministro da Viação que cabia então prover o melhor para a situação. Nas palavras de José Américo, “preparou-se um ambiente de ordem e disciplina”.¹¹³

Foram proibidos o álcool, o porte de armas, o jogo e outras causas de perturbação: “Imprimiu-se aos campos de concentração um impecável regime e moralidade, em contraste com precedentes de conspurcação de um sentimento congenial dos sertanejos nesses períodos de desorganização da família”.¹¹⁴ Foram adquiridas vacinas pelo Governo e todas as crianças dos campos foram vacinadas, não só no Ceará, mas nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.¹¹⁵

¹⁰⁹ Diário de Pernambuco ed. de 11/04/1931. Telegrama da Associação Comercial de Natal ao Sr. Chefe do Governo Provisório, p.9.

¹¹⁰ *Idem*

¹¹¹ Jornal Correio da Manhã de 19/02/1932 – **O êxodo do flagelado pela seca do nordeste**. Ed. 11407, de 19/02/1932, *on line*.

¹¹² Jornal O Nordeste (1932), *apud* por Kênia Rios (1999), p. 19.

¹¹³ José Américo de Almeida. – **O Ciclo Revolucionário do...**, *op cit*, p. 162.

¹¹⁴ *Idem*, p.163

¹¹⁵ *Idem*, p.164

Com relação à alimentação da multidão de retirantes que se concentravam nos campos, o Governo providenciou alimentos a serem vendidos pelos interventores à população concentrada, a preços subsidiados, previamente estabelecidos em tabela e controlados por fiscais públicos, como podemos ler na fala do Ministro José Américo:

Não disponho de recursos para distribuição gratuita de gêneros alimentícios, salvo aos inválidos. Pretendo adquiri-los em grande escala com transporte gratuito para que a intendência os venda pelo custo e fiscalizar rigorosamente os mercados com uma pauta de preços.¹¹⁶

Na falta de gêneros disponíveis para alimentar a multidão, eles poderiam ser desapropriados, como podemos observar na fala do Interventor Federal do Estado do Ceará, Capitão Carneiro de Mendonça: "O comissário da alimentação ficou autorizado a adquirir gêneros alimentícios quando assim fosse preciso para estabelecer o equilíbrio do consumo, com a faculdade de requisitar ou desapropriar por necessidade pública toda a espécie de gênero indispensável à alimentação".¹¹⁷

Verificamos então que, a despeito dos esforços do governo federal, os campos de concentração da seca de 1932 foram tão terríveis como os da seca de 1915. Ao final, se os concentrados precisavam se alimentar, deveriam comprar seu alimento, sendo que não havia trabalho para todos em obras públicas. Os currais do governo agasalharam perto de 72.118 retirantes no estado do Ceará. A desnutrição e o acúmulo de pessoas favoreciam as epidemias.

Para Valdecy Alves,¹¹⁸ os flagelados da seca de 1932 viviam tão à margem da sociedade, que nem mesmo seus cadáveres se misturavam aos demais mortos da cidade.

Todo dia morria um anjinho, uma criancinha, de fome e de doença. O povo morria lá, tinha uma barraca, tudo era arrodado de covas. Bem cedo tinha fila para comida. Em 1933, ainda tinha um bocado de gente lá. Os que sobreviveram foram embora.¹¹⁹

¹¹⁶ Jornal Correio da Manhã, de 26.04.1932. **O Ministro da Viação...op cit.**

¹¹⁷ **Relatório do Interventor Federal Carneiro de Mendonça 1931-1934**, p.62.

¹¹⁸ Valdecy Alves, advogado, pesquisador e estudioso da seca no Nordeste. Foi membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ Ceará, em entrevista a Mariana Rossi: Quando a seca criou os "campos de concentração" no interior do Ceará. In: **El País**, ed. 04/07/2019.

¹¹⁹ Carmélia G. Pinheiro. Sobrevivente do campo de concentração de Senador Pompeu em depoimento a Luciana Nunes Leal. **A seca de 1932: Memória de um Campo de Concentração**. In: **Infográficos Estadão**, Ed. 20/09/2015. O campo de Senador Pompeu é o único que ainda se mantém de pé. Localizado na cidade de mesmo nome, distante 273 km de Fortaleza, abrigou à época perto de 16 mil flagelados, mão de obra utilizada na construção da barragem de Patú, onde, mesmo sem câmara de gás, morreram muitos cearenses de fome, doenças e sede.

Os mortos eram enterrados em vala comum dentro do próprio campo, não havia cemitério. Posteriormente, os moradores próximos às ruínas do campo construíram o Cemitério da Barragem do Patú, em homenagem aos retirantes mortos no campo de Senador Pompeu.¹²⁰

Além das áreas que deveriam funcionar provisoriamente para atendimento assistencial terem se configurado como áreas de improvisação e verdadeiros campos de concentração, outras providências decorrentes do contexto emergencial foram tomadas, como a promoção da migração de retirantes para áreas não afetadas pela seca.

3.2 - Outras providências além dos Campos de Concentração

A migração do sertanejo, também chamada de “escoamento” ou “expatriação” foi utilizada para desafogar as grandes concentrações de retirantes, ou para dar solução aos àqueles que erravam, a esmo. Era subsidiada pelo Governo Central, que encaminhava recursos financeiros aos estados receptores, a serem aplicados na localização, hospedagem e sustento dessa população.

O Ministério da Viação e Obras forneceu 12 mil passagens e liberou verbas diretamente aos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia, e ao Ministério do Trabalho, para auxiliar na fixação dos nordestinos que desejassem emigrar para colônias agrícolas já existentes, como a de David Caldas, no Amazonas, e assim constituir novos núcleos habitacionais.¹²¹

Os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, foram alvo de solução diversa àquela dada ao Ceará. Na Paraíba foram realizados depósitos nas caixas rurais dos municípios, a título de pequenos créditos agrícolas aos fazendeiros, de forma a não interromper o plantio, gerar emprego e, ao mesmo tempo, fomentar a produção agrícola. No Rio Grande do Norte, o Governo autorizou a utilização da verba encaminhada ao Estado na remoção dos retirantes para assentamentos localizados no vale do Ceará-Mirim.¹²²

¹²⁰ Valdecy Alves depoimentos à em depoimento a Luciana Nunes Leal. **A seca de 1932: Memória de um Campo de Concentração**. In: **Infográficos Estadão**, Ed. 20/09/2015.

¹²¹ *Idem*, p.62.

¹²² Vale do Ceará-Mirim é uma região localizada no Rio Grande do Norte, banhada pelo rio Ceará-Mirim cujos solos são de boa fertilidade e capacidade produtiva para a agricultura, estando hoje o vale todo ocupado com o plantio da cana-de-açúcar. Jornal Correio da Manhã, de 26.04.1932. **O Ministro da Viação em visita às regiões das secas**.

Outra ação adotada pelo Governo foi a utilização da mão de obra retirante e ociosa, em obras estruturais públicas de curto ou longo prazo. Foram “empregados” nas construções ferroviárias e rodoviárias, açudes particulares e prédios para instalação de estruturas públicas. Outros retirantes foram redirecionados para o trabalho interno nos campos de concentração. Foram aproximadamente 220 mil flagelados durante o triênio seco, criando uma expectativa de beneficiar, a médio prazo, aproximadamente 500 mil flagelados.

Os Campos de Concentração foram desativados no princípio de 1933, quando caíram as primeiras chuvas. Os sertanejos “abrigados nos Campos fora de Fortaleza, tiveram o auxílio governamental para retornar aos seus locais de origem. Ganharam passagem e sementes. Os dois Campos localizados na periferia da Capital, deram origem a favelas.

Ao findar do triênio seco, o Governo Provisório, por meio do Ministério da Viação e do IFOCS havia aplicado o total de 317:136:569\$947 (trezentos e dezessete, cento e trinta e seis, quinhentos e sessenta e nove contos de réis) no Nordeste do país, assim distribuídos: 13,8% em estradas de ferro e 41% em estradas de rodagem; 0,9% na construção civil, 0,32% em obras de comunicação, fixação de dunas e obras no Canal de Santa Maria, respectivamente; 7,22% foram encaminhados as interventorias para obras de assistência aos flagelados; com o Ministério da Agricultura, Cruz Vermelha e estudo do São Francisco, foram dispendidos 1,2%. O restante da verba, 35%, foi aplicado na construção de hospitais e escolas, limpeza e melhoramento de açudes antigos, abertura de tanques e conservação de estradas abandonadas.

Passada a intempérie com a chegada da chuva, e desfeitos os campos, Getúlio viajou ao Nordeste em setembro de 1933, onde se pronunciou-se sobre o período seco e doloroso vivido pela região, ao mesmo tempo em que prestou contas das ações empreendidas pelo Governo Provisório.

Na cidade de Fortaleza, Vargas discursou enaltecendo o povo nordestino, constituidor do **cerne da nacionalidade** [grifo nosso], ignorado, abandonado e parcamente atendido.

O trabalho realizado redundará, no entanto, inútil, se não prosseguir metodicamente, sem interrupção. No plano de obras contra as secas, aprovado pelo Decreto nº 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, ficaram definitivamente fixadas as diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste.¹²³

¹²³ VARGAS, Getúlio. Os problemas do Nordeste e..., *op cit*, p. 169.

Assim, ao apresentar em 1933 a gestão federal da "questão seca no Nordeste Brasileiro" pelo Governo Provisório, Getúlio afirmou que o governo trabalhou com afinco para solucionar o “problema do Nordeste”¹²⁴ como nunca antes havia ocorrido. “Uma obra providencial, segura e metódica”,¹²⁵ voltada para o bem-estar coletivo da população nordestina, garantindo-lhes o sustento individual futuro, prescindindo da "caridade pública e da esmola social" [grifo nosso]. Um Governo que se manteve atento ao dever revolucionário de prover de proteção e segurança os interesses comuns do povo brasileiro.

Utilizando-se já em 1933 de um dos pressupostos que marcaria todo o Governo Vargas, o de investimento em uma cultura política nacionalista, que situava as classes populares no "cerne da nacionalidade", para cujos interesses era voltado o Estado, para a inclusão do povo brasileiro no campo de interesses do Estado, Getúlio reconhecia que os esforços feitos não foram suficientes para evitar o sofrimento, mas que o governo se esforçara como nunca antes havia sido feito.

Além disso, comprometeu-se em dar continuidade ao investimento de obras contra as secas, porque só assim a questão poderia ser solucionada, ou seja, apenas com investimentos de longo prazo, que consistiriam em garantir o sustento individual futuro aos sertanejos, implicitamente reconhecendo que muito dos esforços feitos não passaram de "caridade pública e de esmola social".

¹²⁴ *Idem*, p. 169.

¹²⁵ *Idem*, p.169.

Considerações Finais

Ao historicizar a seca no Nordeste brasileiro identificamos tratar-se de um problema secular, que remonta ao século XVI, agravado ao longo do tempo pela presença do homem, desde a chegada do colonizador, até os dias atuais, que agiu, e age, no meio de forma descontrolada e ininterrupta, criando pastos, promovendo o adensamento populacional e a agricultura predatória, provocando o desequilíbrio do ecossistema daquela região do país: a caatinga.

Tanto a historiografia como as fontes consultadas deixaram evidentes que desde reconhecido o fenômeno climático, ainda na Colônia, a seca não participava do rol de problemas que merecessem a atenção do poder público, nem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a solução das consequências geradas pela intempérie climática.

Demorou muito até que o problema “seca” fosse institucionalizado como assunto de Estado, no ano de 1919. Até então, a seca já havia matado mais de 400 mil nordestinos, em sua maioria “abrigados” no campo de concentração do Alagadiço, na cidade de Fortaleza, em 1915.

Entendemos que a institucionalização da seca como problema de Estado redirecionou os olhares públicos para o problema, que se reverteram, por um breve período, em políticas que buscavam soluções das quais pudessem se valer o sertanejo durante as estiagens. Foram priorizadas as obras de açudagem e a construção de ferrovias e rodovias que ligassem o interior seco dos estados às capitais úmidas.

A concentração das ações governamentais nas mãos do IFOCS, federalizado em 1919, sob a presidência de Epitácio Pessoa, foi importante providência, uma vez que os recursos governamentais passaram a ser controlados pelo Governo Federal.

No entanto, o projeto institucional de combate à seca foi interrompido pela resistência e pressão de alguns setores da política, da indústria cafeeira e das oligarquias nordestinas, ficando o sertanejo, mais uma vez, à mercê das incertezas do clima.

O Governo "Revolucionário", ou o Governo Provisório que ascendeu ao poder com a Revolução de 30, marcou a transformação das estruturas político-sociais no Brasil, enterrando a primeira experiência republicana e propondo a construção de uma Nova República, que, no entanto, foi atropelada tão logo sua posse pela reincidência do antigo fenômeno climático: a seca, que ao final de 1930, já se prenunciava devastadora.

Nesse momento, o Governo Provisório já passara a sofrer acirrada pressão pela imprensa que reverberava as dificuldades enfrentadas pelas capitais litorâneas nordestinas,

frente à massa de retirantes que chegavam diariamente em situação de indigência e penúria extrema.

Getúlio Vargas nomeou o paraibano José Américo de Almeida para a pasta da Viação e Obras Públicas, pois interessava ao chefe do novo Governo ter à frente da pasta uma pessoa que conhecia bem a região, o fenômeno da estiagem, suas consequências e suas necessidades. Na pessoa do Ministro da Viação e na estrutura de seu Ministério, o Governo Provisório assumiu com bastante seriedade o enfrentamento dos impactos da estiagem.

No princípio de 1931, a despeito de suas intenções de prover o Nordeste de soluções de longo prazo, o Governo se viu forçado a adotar medidas emergenciais, de cunho assistencial, direcionando esforços para atender a massa de retirantes que se avolumava nas capitais nordestinas, principalmente na cidade de Fortaleza. Diante da pressão, o Governo Federal promulgou dois decretos.

Um, reformulava a Inspetoria de Obras Contra as Secas, que foi fortalecida e elaborou estudos técnicos que viabilizaram obras de açudagem e irrigação, iniciadas e interrompidas em governos anteriores, assim como elaborou novos projetos.

Nesta reformulação do IFOCS detectamos uma inovação na Política Pública do Governo Provisório, pois além da federalização do órgão ocorrida na Primeira República, ao criar repartições federais nos estados nordestinos, o Governo centralizara muito mais a administração do problema. Criando distritos e comissões técnicas evitava que as verbas federais sequer fossem gerenciadas pelas elites locais. Inclusive as nomeações para quaisquer cargos técnicos e administrativos deveriam ter a autorização do titular da pasta da Viação.

O outro decreto, tinha por objetivo alocar o contingente populacional retirante em terrenos públicos cercados e localizados às margens das ferrovias que levavam a Fortaleza, ou na própria cidade de Fortaleza. Ou seja, o Governo cedeu na implantação de providências antigas, inclusive, ampliando suas dimensões, criando no Estado do Ceará 7 campos de concentração, sendo 2 em Fortaleza, enquanto em 1915, só 1 fora criado.

Diante da pesquisa, não se pode negar que houve um grande empenho do Governo Provisório, particularmente do Ministro da Viação José Américo de Almeida, de prover soluções para o problema da seca, inclusive de inovar no enfrentamento da questão, promessa do novo governo. Só no caso das obras de açudagem, o Governo Provisório dobrou a área anterior. Muitas outras soluções se concretizaram a médio e longo prazo, posteriormente ao triênio seco.

Se o Governo Provisório se esforçou e inovou na solução do problema seca, também se mostrou conivente às velhas políticas oligárquicas, pois cedeu às pressões das elites locais para segregar a massa de famintos e indesejáveis miseráveis cidadãos brasileiros, historicamente destituídos de cidadania e de dignidade humana.

Tal como durante a modernização das capitais brasileiras no início da Primeira República, a população de brasileiros pobres, então os sertanejos, foi expulsa para fora da cidade civilizada, para não a contaminar com as incivilidades da miséria, da doença e da ignorância.

Forçadas a permanecerem confinadas nos campos de concentração, sob controle disciplinar, sob vigilância armada, sob a ameaça de castigos, como cabe às populações inferiores no escopo da fragmentada sociedade brasileira, a mercê do que define e decide os grupos que se intitulam cidadãos superiores.

Fontes

1. Fontes Impressas

ALMEIDA, J A. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação** – 2ª Ed. Fundação Casa de José Américo – Coleção Mossoroense – Volume CLXXVII- 1982.

2. Fontes Digitais:

BOMFIM, J B Ferreira. Discurso de Epitácio Pessoa (1919-1922). In: **Palavra de Presidente: Os discursos presidenciais de posse de Deodoro a Lula**. 1ª Edição. LGE Editora, 2004 e 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/91988>.

Decreto n. 19.687, de 11 de fevereiro de 1931. **Dispõe sobre a localização e amparo das vítimas das secas do Nordeste**. Rio de Janeiro, 15/02/1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19687-11-fevereiro-1931-517169-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931. **Aprova o regulamento da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas**. Rio de Janeiro, 20/02/1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19726-20-fevereiro-1931-518993-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto n. 9.214, de 15 de dezembro de 1911. **Dá novo regulamento ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9214-15-dezembro-1911-518009-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto Nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. **Aprova o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das secas**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7619-21-outubro-1909-511035-publicacaooriginal-1-pe.html>

Jornal Correio da Manhã (RJ) - Edições de 1930 a 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=

Jornal Diário de Pernambuco (PE) - Edições de 1931 a 1933. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=

Jornal Nação (CE) - Edição de 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800090&pesq=>

Lei Nº 175, de 07 de janeiro de 1936. **O plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte, de que trata o art. 177 da Constituição.** – Rio de Janeiro. 1936. janeiro de 1936. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html>

Mensagem do Presidente do Estado do Ceará à Assembleia Legislativa. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiro (CE) – 1891 a 1930. Ano 1916. Edição 0001 -
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720372&PagFis=1619&Pesq=Alagadi%20a7o>

PESSOA, Epitácio da Silva – **Mensagem ao Congresso Nacional.** Abertura da 2ª Sessão da Décima Primeira Legislatura. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/03-05-1922-mensagem-ao-congresso-nacional-epitacio-pessoa.pdf/view>

PESSOA, Epitácio da Silva – **Pela Verdade** – Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/bndigital0370/bndigital0370.pdf.

Relatório do Interventor Federal Carneiro de Mendonça 1931-1934. Disponível em:
https://www.ceara.pro.br/Raridades/Relatorio_Carneiro_Mendonca.html

VARGAS, Getúlio. A Paraíba na Revolução e as Obras contra as secas. In: **A Nova Política do Brasil II: O ano de 1932**, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/@/@download/file/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20II.pdf>

VARGAS, Getúlio. A Revolução e o Regime legal. In: **A Nova Política do Brasil II: O ano de 1932**, Editora José Olympio. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/view>

VARGAS, Getúlio. **Discurso Pronunciado pelo Dr. Getúlio Vargas, por ocasião de sua posse como chefe do Governo Provisório da República**, 3/11/1930. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1930/03.pdf/@/@download/file/03.pdf>

VARGAS, Getúlio. Manifesto à Nação, Teatro Municipal, 3/10/31 In: **Discursos, Mensagens e Manifestos – Primeira Parte (1930-1934)**. Imprensa Nacional, 1935. Disponível em:
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/@/@download/file/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20II.pdf>

VARGAS, Getúlio. Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório. In: **A Nova Política do Brasil II: O ano de 1932**, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/getulio-vargas/vargas-a-nova-politica-do-brasil-vol-ii/view>

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 41ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- _____. **A Paraíba e seus problemas** – Brasília: Senado Federal, 2012.
- _____. **As secas do Nordeste** – Exposição feita na Câmara dos Deputados em 10/11/1953, Serviço de Documentação/Ministério da Viação e Obras Públicas.
- ANDRADE M. C de. **A Terra e o Homem no Nordeste**, São Paulo, Livraria editora ciências humanas, 1980.
- _____. **Seca Enquanto Problema** –Atlas Escolar de Pernambuco, 2003. Disponível em: <http://natalgeo.blogspot.com/>.
- APPLEBAUM, Anne. Holocausto Comunista. Entrevista a Alexandre Perillo. In: **Revista Superinteressante**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/o-holocausto-comunista/>.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo** – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BRITO, Luciana Brito. A Fome: Retrato dos Horrores das Secas e Migrações Cearenses no Final do Século XIX. In: **Estação Literária**, Londrina, v. 10b, p. 111- 125, jan. 2013. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art8.pdf>.
- BURSZTYN, M **O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**, Petrópolis, Vozes, 1984.
- CORREIO DA MANHÃ. **O Ministro da Viação em visita às regiões das seccas**. Edição 11463, de 26/04/1932 - Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=O%20Ministro%20da%20Via%C3%A7%C3%A3o
- CORREIO DA MANHÃ. **O êxodo do flagelado pela seca do nordeste**. Edição 11407, de 19/02/1932 - Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=O%20%C3%Aaxodo
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: campanha de Canudos** – 29ª ed. – Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1979
- DE NYS, E; ENGLE, N. L; MAGALHAES, A. R. (Org.) **Secas no Brasil: política e gestão proativas** – Brasília: - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; 2016. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=autor%22DE%20NYS,%20E.%22>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO – **Agrava-se a situação dos flagelados no Nordeste.**

Ed.270, de 04/12/1931. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&pasta=ano%20193&pesq=A%20secca%20no%20nordeste

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade** – São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FERREIRA, L F G. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERREIRA, Luiz Cláudio; GOMES, Gustavo. **No Caminho dos Campos de Concentração do Ceará.** Projeto VIDAS SECAS: no país das águas, 2018. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/especiais-agua/campos-de-concentracao/>.

FILHO, Tomás Pompeu. **Ensaio estatístico do Ceará.** Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Editora Vozes; ed. 1ª, 2015.

FROTA, Luciana S de A e. **Documentação oral e a temática da seca: estudos** – Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985.

GESSEM, M. - **The Unimaginable Reality of American Concentration Camps**, 21.06.2019 –The New Yorker Magazine. Disponível em: <https://www.newyorker.com/news/our-columnists/the-unimaginable-reality-of-american-concentration-camps>

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: O legado de Vargas. In: ZAHLLUT, Pedro B, FONSECA, Pedro C D (orgs), **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade** – São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX:1914-1991** – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS: **Dicionário da Língua Portuguesa**/Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2009 – 1ª edição.

JORNAL DO BRASIL – **A Secca no Nordeste.** Ed. 002, de 02/01/1931. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_05&pasta=ano%20193&pesq=A%20secca%20no%20nordeste

LEAL, Luciana Nunes. A seca de 1932. In: **Centenário da Seca.** Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/o-centenario-da-seca/a-seca-de-2015-no-sertoc3%a3o-central-do-cearoc3%a1.html>.

LINDOSO, Diego Pereira. **Vulnerabilidade e Adaptação da Vida às Secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos.** Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

MICHAELIS: **Moderno dicionário da língua portuguesa**/São Paulo: Companhia Melhoramento, 1998.

MULLER, Fernanda. **Auschwitz e os desafios da representação**. Anuário de Literatura, Florianópolis, p. 48-62, jan. 2008. ISSN 2175-7917. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2008v13n1p48>>.

NETO, J C M, **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

NETO, Lira. **Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1889-1930)** - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)** - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

NÓBREGA, Jaqueline. **Campos de Concentração no Ceará**. Jornal Diário do Nordeste, ed. 29/05/2017. Disponível em: <http://plus.diariodonordeste.com.br/campos-de-concentracao-no-ceara/>

OLIVEIRA, R. N. N de. **O Processo de modernização de Fortaleza**. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qopTiLaGetYJ:uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/72-17846-20112013-173837.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

ONLINE Editora, CURIOSIDADES Online Editora. **Guia A Fome no Mundo**. 1ª edição. On Line Editora, 2016. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=qgGRDAAAQBAJ&hl=pt-BR&printsec=frontcover&source=gbs_atb&pg=GBS.PP1

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime – In: **Brasil Republicano, vol 2**. Jorge Ferreira e Lucília Delgado (orgs). Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2003.

PANTOJA, Silvia. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de>

PIMENTEL, Alex. **Campo de concentração de Senador Pompeu será tombado**. Jornal Diário do Nordeste, ed. 30/06/2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/campo-de-concentracao-de-senador-pompeu-sera-tombado-1.2117498>

PINHEIRO, Henrique C. Cordel Campos de concentração do Ceará. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cordel/893906>

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 95ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 48ª ed. Rio, São Paulo, Record, 1982.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 1ª ed. Francesa: 1988.

RIOS, Kênia Sousa. **O Curral dos Flagelados: os Campos de Concentração do Ceará na seca de 1932**. In: Revista Canudos, V.3, Nr. 1, junho de 1999. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/canudos/article/view/6387>.

_____. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROSSI, Marina. **Quando a seca criou os ‘campos de concentração’ no sertão do Ceará**. Jornal El País, ed. 04/07/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/politica/1546980554_464677.html

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto *et alli*, **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB: São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000, v.1.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia** - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos** - 3ª ed. - São Paulo: Contexto, 2017.

SOHISTÓRIA, dicionário online. Disponível na Internet: <https://www.sohistoria.com.br/dicionario/palavra.php?id=13>

SOUZA, Francisco. **O Nordeste brasileiro: invenção, espaço e dinâmica**. Brasília: Senado Federal, 2017.

STUDART, Guilherme. **Geografia do Ceará** - Fortaleza, Tipografia Minerva, 1924.